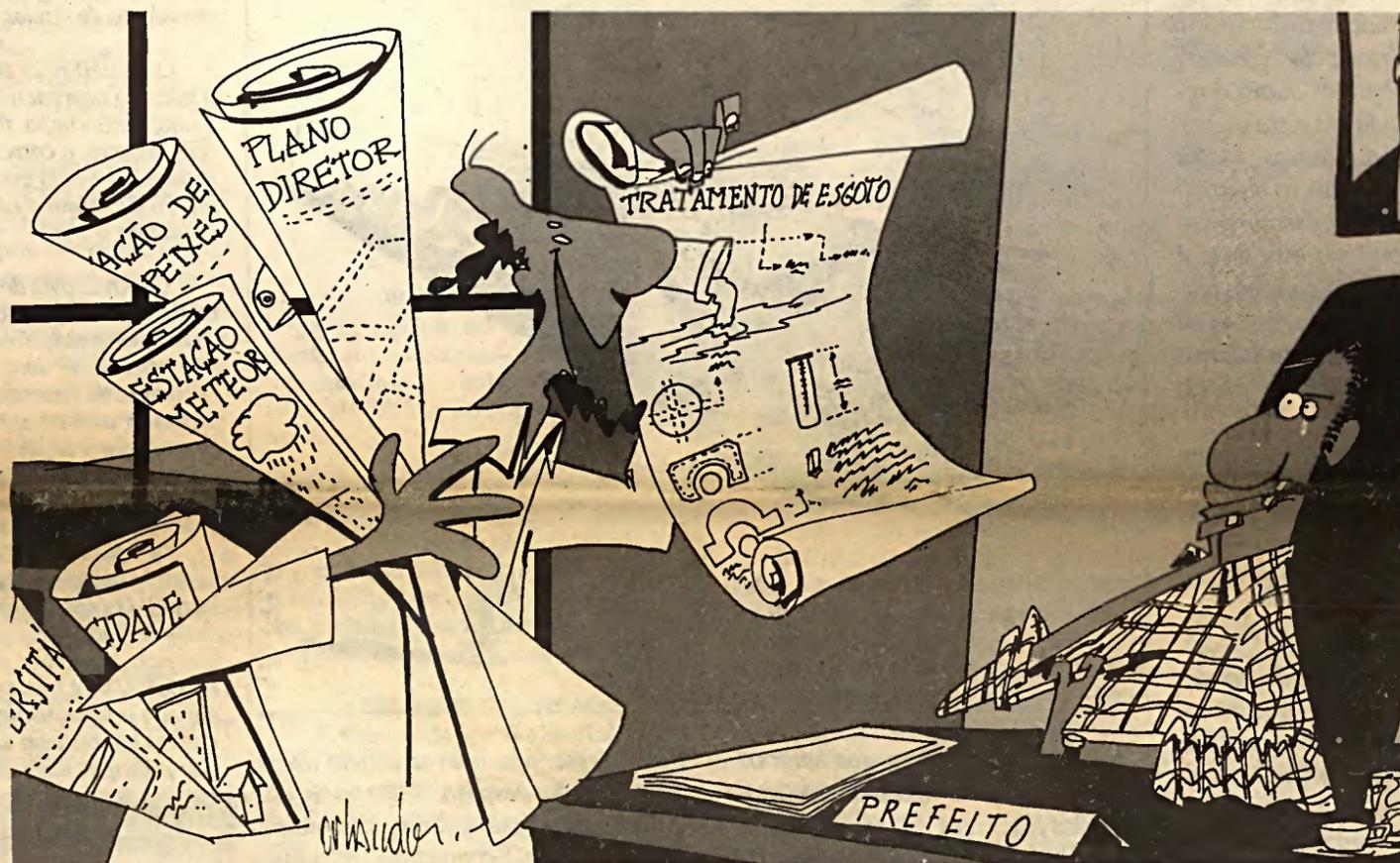




O câmpus chega à prefeitura

A Universidade se aproxima das prefeituras do interior e propõe ações conjuntas, através de canais como Projeto Parceria. Págs. 4 e 5



Começa o debate sobre avaliação

O Conselho Universitário vai se reunir nos dias 4, 5 e 6 de agosto especialmente para o desenvolvimento de atividades relacionadas ao Ano da Avaliação. Os quatro pró-reitores — Administração e Desenvolvimento; Extensão Universitária e Assuntos Comunitários; Graduação; Pós-Graduação e Pesquisa — e o reitor vão relatar as atividades que desenvolveram nos últimos três anos e meio e sugerir caminhos a serem seguidos. O reitor Paulo Landim vai convidar pessoas de fora dos quadros da Universidade, mas de reconhecida competência em suas respectivas áreas de atuação, para analisar criticamente os relatos apresentados.

O local de realização dessa sessão especial do Conselho Universitário será definido no decorrer deste mês.

Qualidade em revistas

Relatório da Fapesp aponta duas revistas da Editora UNESP como prioritárias em suas áreas. Pág. 3



Cooperar, para vencer a crise

Cooperativas crescem na Universidade como uma alternativa para compra de produtos a bons preços. Pág. 12

A questão salarial e a greve

Para a compreensão do real significado da questão salarial nas universidades estaduais paulistas, é necessário considerar não apenas as características que as distinguem radicalmente das empresas, sejam elas privadas ou públicas, mas também as circunstâncias que, desde 1989, determinam o montante dos respectivos orçamentos.

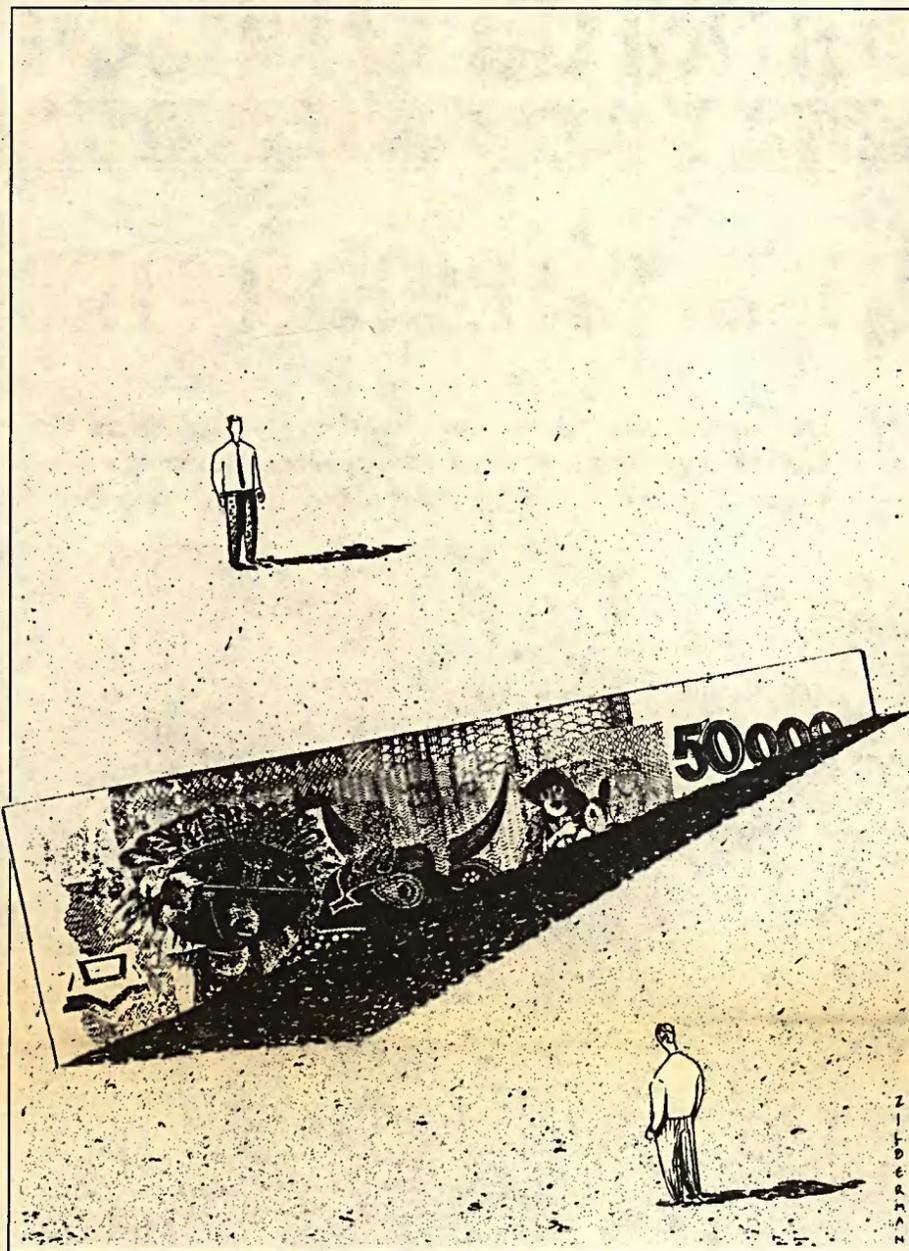
O regime de autonomia de gestão financeira, vigente a partir de então, cujas vantagens, em princípio, são reconhecidas pela comunidade universitária, vincula o orçamento de cada universidade a um determinado percentual do ICMS arrecadado pelo Estado. Nesse regime, cabe à universidade distribuir os recursos orçamentários pelos diversos itens de despesa, dentre os quais, o relativo a Pessoal. Tendo em vista que os recursos captados de outras fontes destinam-se a custear serviços ou atividades específicas ou a financiar o desenvolvimento de projetos especiais, é certo que a quota do ICMS constitui praticamente a única fonte de recursos de que dispõe a universidade para salários e para as despesas normais de custeio e investimento.

Nesse contexto, fica claro que o momento decisivo da luta pela preservação dos salários, em 1992, foi o da fixação do percentual do ICMS destinado às universidades, na Lei Orçamentária do corrente exercício.

No caso específico da UNESP, a ampliação do percentual a ela destinado, de 1,94% para 2,205%, criou expectativa positiva quanto à possibilidade de recuperação de perdas salariais. Lamentavelmente, entretanto, esse aumento do percentual vem sendo praticamente neutralizado pelo declínio da arrecadação do principal tributo estadual.

Desde 1989, a arrecadação do ICMS encontra-se em queda. Assim, corrigindo-se, mês a mês, os valores da arrecadação desse imposto, pelos índices da Fipe, e trazendo-os a preços correntes de 1992, observa-se que o total a ser arrecadado em 1992 poderá ser 23,5% inferior ao de 1989 e cerca de 10,2% menor que o de 1991.

Dessa forma, apesar da elevação do percentual destinado à UNESP, a transferência do ICMS para nossa universidade, em 1992, poderá ser inferior à de 1989, em cerca de 13,1% e, na melhor das hipóteses, equivalente à de 1991. Enquanto isso, em função dos reajustes concedidos, a Folha de Pagamento de 1992 deverá exceder em 6,8% a de 1989, e as Outras Despesas, no corrente exercício, deverão sofrer uma redução de 22,2% em relação àquele ano.



O enorme desgaste dos salários e as altas taxas de desemprego, consequências perversas da crise sem precedentes que o Brasil vem enfrentando, constituem uma triste e iniludível realidade em todo o País. É por isso que nas universidades estaduais paulistas, onde se tem consciência de que qualidade dos recursos humanos é condição primordial para o desempenho das funções que lhes são próprias, os gastos com pessoal vêm sendo altamente priorizados em relação aos demais itens da despesa. Demonstrem-no os números continuamente divulgados, a toda a comunidade universitária, pela Reitoria da UNESP. Os mesmos números também evidenciam as razões, de natureza orçamentária, pelas quais os resultados dos esforços voltados para a preservação dos salários situam-se, ainda, aquém do desejável. Mesmo assim, o reajuste de 30% concedido em junho, acrescido da necessária provisão para o pagamento do 13º salário, compromete praticamente toda a quota do

ICMS desse mês, com sacrifício de outros itens da despesa.

Diante desse quadro, ao mesmo tempo em que é compreensível a insatisfação de docentes e funcionários, fica evidente ser totalmente inviável o atendimento a reivindicações que extrapolem os limites do comprovadamente possível. No caso de reivindicações dessa natureza, a greve, embora legítima, enquanto instrumento de defesa dos salários, corre o sério risco de tornar-se ineficaz.

Importa ainda lembrar que o exercício do direito de greve implica a aceitação das responsabilidades dele decorrentes. Nem o reitor, nem os demais docentes e funcionários da Universidade estão acima ou à margem das leis. Assim, lembrar essas responsabilidades, tais como o registro das ausências e a necessidade de reposição de aulas e de atividades, não é reprimir ou intimidar, pela mesma razão que não constitui favorecimento arbitrário reconhecer direitos e garantir o respectivo exercício.

SÍNTESE

O REITOR Paulo Landim disse que vai manter equidistância entre os pretendentes à sua sucessão, sejam eles quem e quantos forem. Ele não vai, portanto, declarar preferências. A missão a que se propôs o reitor é a de assegurar que a disputa seja conduzida em alto nível.

A ADUNESP está de diretoria nova. Sueli Guadalupe de Lima Mendonça, da FCL/Assis, assumiu a presidência no dia 1º de julho, juntamente com Maria Valéria Barbosa Veríssimo (FFC/Marília), vice-presidente; Jane Brito de Jesus (FAAC/Bauru), secretária-geral; Antônio Queiroz Neto (FCAV/Jaboticabal), 1º secretário; Enéas Rente Ferreira (IGCE/Rio Claro), tesoureiro-geral, e Haroldo de Mayo Bernardes (FE/Ilha Solteira), 1º tesoureiro. A professora Lúcia Lodi, presidente da Adunesp nas duas últimas gestões, é agora vice-presidente da Andes, regional São Paulo.

OS NÚMEROS da eleição na Adunesp: a votação ocorreu nos dias 23, 24 e 25 de junho, com chapa única. Compareceram 950 eleitores, o correspondente a 50% dos associados, sendo que 840 votaram na chapa, 76 deixaram a cédula em branco e 34 anularam o voto.

O GOVERNO do Estado está estocando munição e aperfeiçoando estratégias para ao menos reduzir as forças de um inimigo crônico: a sonegação do ICMS. A Secretaria da Fazenda está encarregada de promover uma campanha que esclareça ao consumidor a importância de se pedir nota fiscal, qualquer que seja o produto comprado.

AS UNIVERSIDADES estaduais paulistas estão sendo convidadas a participar dessa luta. O engajamento é uma maneira de mostrar à máquina do Estado que os professores, os alunos e os funcionários da UNESP, USP e Unicamp estão empenhados em não apenas usufruir do dinheiro público mas também em ampliar os recursos de sua principal fonte de arrecadação.

unesp

Reitor: Paula Milton Barbosa Landim
Vice-reitor e pró-reitor de Administração e Desenvolvimento: Arthur Roquete de Maceda
Pró-reitor de Graduação: Antonia Cesar Perri de Carvalho
Pró-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa: Antonia Manoel das Santas Silva
Pró-reitor de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários: Carlos Ruggiera

Jornal da UNESP

Editor Responsável: José Roberto Ferreira
Editor: André Louzas
Redação: Denise Pellegrini, Marcela Burgas, Tânia Belickas e Emi Shimma
Colaborador: Cleide Partes, Maretti Jr. e Vera Lígia Rangel
Revisão: Francisca M. Lourença
Editor de Arte: Celsa Pupa
Diagramação: Celsa Radrigues (colaborador)
Secretário de Redação: Viviane Fernandez
Produção: José Luiz Redini
Tiragem: 12.500 exemplares
Este jornal, órgão da Reitoria da UNESP, é elaborado mensalmente pela Assessoria de Comunicação e Imprensa.
A reprodução de artigos, reportagens ou notícias é permitida, desde que citada a fonte.
Endereço: Rua do Carmo, 44, 5º andar, CEP 01019, São Paulo, SP, telefone 37-4479
Composição, fotolito e impressão: Imprensa Oficial do Estado S.A. — IMESP

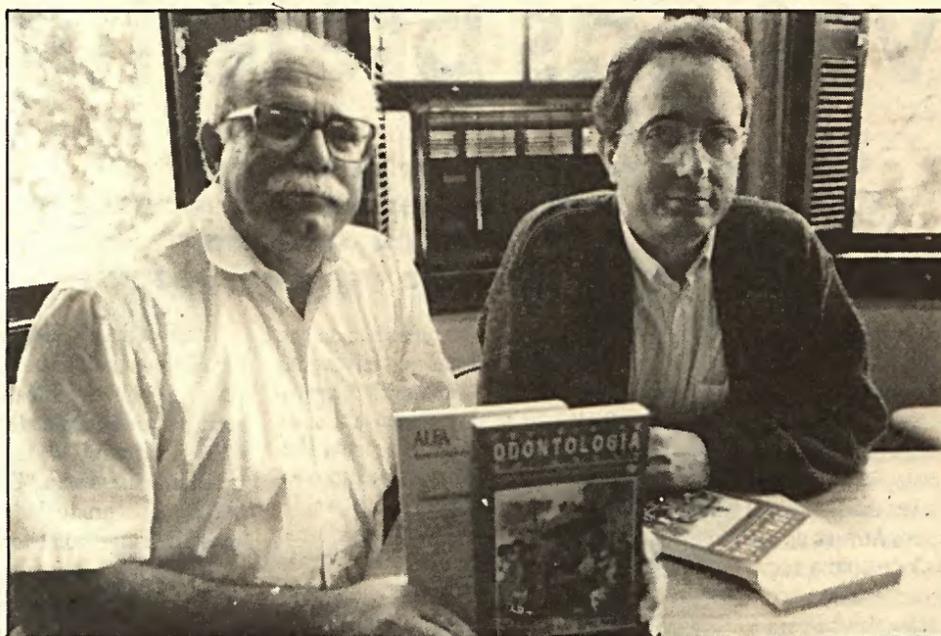
A qualidade passada em revista

Fapesp classifica duas revistas da UNESP entre as mais importantes de suas áreas

Respeitadas no meio acadêmico, a *Alfa: Revista de Lingüística* e a *Revista de Odontologia*, publicadas pela Editora UNESP, acabam de receber um reconhecimento oficial por sua qualidade. Um relatório da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) as classifica como prioritárias para o desenvolvimento das suas respectivas áreas, o que as coloca no grupo das melhores publicações de seu setor. A avaliação, realizada no período de 88 a 90, se baseou em critérios como qualidade dos artigos e do corpo editorial, abrangência, indexação e regularidade. E provou que a Editora UNESP acertou ao destinar 50% do seu orçamento para o custeio de dezoito revistas, de todas as áreas, que fazem a divulgação da produção científica da Universidade e de outras instituições.

"O relatório da Fapesp é um estímulo para todos os nossos outros periódicos", ressalta o diretor de publicações da Editora UNESP, Carlos Erivany Fantinati. Segundo ele, esse bom desempenho é, antes de tudo, resultado de uma política de apoio às publicações. "A UNESP é a única universidade que financia suas próprias revistas", ressalta Fantinati. No entanto, ele espera que a excelência desses produtos possa, com o tempo, atrair outras fontes de financiamento. "É interessante que as revistas ganhem autonomia financeira."

De uma maneira geral, é mesmo de investimentos — de verbas e esforço — que as publicações científicas brasileiras necessitam. O relatório da Fapesp possui dados significativos sobre o assunto (*ver box*). Dos 2.215 títulos de revistas do País avaliados em 90, 372 foram considerados relevantes e somente 118 prioritários. Mas não é só a qualidade que preocupa. De 88 para 90, desa-



Márcia Minillo

Fantinati e Castilho: publicações com organização e linha editorial definida

pareceram 98 títulos. Neste quadro de dificuldades, publicar um bom trabalho — e manter sua qualidade — só é possível com organização e uma linha editorial bem definida. "As revistas não podem ser escoadouros de artigos", avisa José Castilho Marques Neto, editor-executivo. "É preciso pensar em seu conjunto." Para que a Editora consiga sustentar esse padrão de qualidade nos dois títulos de revistas que lança todo mês, conta com uma comissão de redação para cada publicação — composta por representantes das unidades ligados à área que ela enfoca — e uma equipe de quinze funcionários.

RIGOR E TRADIÇÃO

A *Alfa* e a *Revista de Odontologia* possuem padrões muito parecidos, principalmente no que se refere ao rigor dos artigos publicados. O professor Telmo Correia Arraes, da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, dirigiu a *Alfa* por dois períodos, em 84 e 85 e de 89 a 91, que corresponde aos números pesquisados pela Fapesp. Ele credita grande parte da sua qualidade ao debate prévio dos artigos pela comissão de redação. "Cada um deles é minuciosamente lido e analisado." Arraes diz que este controle é fundamental. "Os trabalhos que não têm condições de publicação são devolvidos aos autores para serem reelaborados", esclarece ele. "Se, mesmo depois de refeitos, continuarem insatisfatórios, não são incluídos." Outros pontos destacados por ele são a tradição — o primeiro número da *Alfa* data de 62 —, respeito ao prazo de entrega dos originais e diversidade de assuntos. "O conteúdo deve ser balanceado, trazendo abordagens das múltiplas subáreas", argumenta.

Rigor também foi a palavra de ordem da direção da *Revista de Odontologia* no período avaliado pela Fapesp. O professor Miguel Carlos Madeira, da Faculdade de Odontologia de Araçatuba, esteve à frente da publicação de 83 a 91. Ele concorda com Arraes ao enfatizar que é importante manter a categoria e o grau de originalidade dos artigos, sem nenhum tipo de concessão. Pa-

ra Madeira, a revista que dirigiu se notabilizou pela forte característica científica, nunca tendo abordado o aspecto meramente clínico dos assuntos. "Não queremos divulgar casos, somente pesquisas sólidas e de alto nível" especifica.

HISTÓRIA E MUDANÇAS

A publicação das revistas da UNESP remonta à história dos antigos institutos isolados, que formaram a Universidade em 76. A *Revista de Letras*, por exemplo, teve seu primeiro exemplar impresso em 59. Algumas outras resultaram da reunião de vários títulos, como a própria *Revista de Odontologia*, que é produto da fusão, em 79, das revistas das Faculdades de Araraquara, São José dos Campos e Araçatuba. De 81 a 87, todas elas foram editadas pelo Centro de Publicações Culturais e Científicas da Universidade, quando passaram para o comando da Editora UNESP. Segundo José Castilho Marques Neto, que a partir de 88 iniciou um trabalho de regularização da publicação de

títulos, o grande salto de qualidade se deve a um trabalho realizado com bibliotecárias de toda a UNESP, que prestam assessoria técnica às comissões, auxiliando na preparação dos textos. "Isso permitiu que as revistas fossem homogeneizadas quanto às características da divulgação científica internacional, e, conseqüentemente, indexadas nos mais importantes órgãos do Brasil e exterior", destaca Castilho.

Em 88 começou a funcionar também o Conselho de Periódicos, formado por membros de todas as áreas. Eles se reúnem semestralmente para decidir questões como a criação de novos títulos — recentemente aprovaram a publicação da *Revista de Engenharia e Ciências Aplicadas* — e alterações na periodicidade das revistas. Outra mudança importante, que ainda está ocorrendo, é a remodelação do aspecto visual das capas. "Uma revista científica não precisa ser feia", opina Castilho, acrescentando que uma melhor apresentação não significa aumento de gastos.

Marcelo Burgos

Revistas da Editora UNESP

Alimentos e Nutrição
 Alfa: Revista de Lingüística
 Arteunesp: Revista de Artes
 Ciências Biomédicas
 Ciências Farmacêuticas
 Científica: Revista de Agronomia
 Didática
 Eclética Química
 Geociências
 Geografia
 História
 Letras
 Matemática e Estatística
 Naturália
 Odontologia
 Perspectivas: Revista de Ciências Sociais
 Trans/Form/Ação: Revista de Filosofia
 Veterinária e Zootecnia

Obs.: Todas as revistas são anuais, exceto a Científica: Revista de Agronomia, que é semestral.

Estudo abrange todo o País

A Fapesp, através da sua Coordenadoria de Publicações, realizou de 88 a 90 um estudo sobre a situação das revistas científicas brasileiras, para facilitar a apreciação das solicitações de apoio que recebe de todo o País. Segundo Eduardo Moacyr Krieger, professor aposentado de Fisiologia da Faculdade de Medicina da USP — Ribeirão Preto e um dos autores deste estudo, o principal problema observado foi a proliferação de revistas, que não condiz com a produção de qualidade existente. "Isso resulta em um desperdício de recursos e

esforços", analisa Krieger. Outros problemas detectados pelo levantamento — feito com a ajuda de especialistas das diferentes áreas e subáreas do conhecimento —, foram a irregularidade na publicação e distribuição, falta de normalização, corpo editorial sem gabarito e baixo grau de originalidade dos artigos, além da falta de recursos financeiros. Do grupo de 372 revistas consideradas relevantes pela Fapesp, há ainda graduações quanto à qualidade: 118 são prioritárias, 134 importantes e 120 de importância relativa.

(M.B.)



Mais perto da sociedade, através das prefeituras

Com iniciativas como o Projeto Parceria, a Universidade vem oferecendo seus serviços às prefeituras e descobre na ação junto aos municípios novos desafios de estudo e pesquisa

A rotina de um professor universitário já não se baseia somente no caminho da sala de aula para o laboratório. Se, até bem pouco tempo, o ensino e a pesquisa eram as atividades mais valorizadas, a prestação de serviços à comunidade ganha, cada vez mais, lugar de destaque no meio acadêmico. Através de um processo de abertura e diálogo com a sociedade, a universidade tem conseguido encontrar novas áreas de aplicação prática para o conhecimento que produz, além de aceitar desafios para o desenvolvimento de estudos originais e criativos. Na UNESP, essa busca de um novo campo de atuação tem se intensificado junto a prefeituras e órgãos estaduais. Mas professores e dirigentes municipais são unânimes em afirmar que a relação ainda precisa ser ampliada.

A sociedade, de maneira geral, espera que a universidade desenvolva projetos que atendam às carências sociais. "Faz parte das funções da universidade dominar determinados assuntos e repassá-los à sociedade", argumenta o reitor Paulo Milton Barbosa Landim.

"É a melhor maneira de oferecer esse conhecimento é através de outros órgãos públicos". O reitor assinala que tem trabalhado ativamente para a institucionalização da prestação de serviços à comunidade dentro da UNESP.

Segundo o professor Landim o exemplo mais significativo desse esforço é o Programa Parceria, que visa levar a tecnologia produzida na Universidade às prefeituras do Estado. O professor Amilton Ferreira, coordenador do programa e diretor presidente da Fundação para o Desenvolvimento da UNESP (Fundunesp), à qual o Parceria está vinculado, alerta que a Universidade não quer dar um caráter assistencialista à sua ação. Para Ferreira, essa atividade traz à Universidade temas para investigação e permite a revisão dos conteúdos dos cursos de graduação, para que se mantenham em sintonia com o que a sociedade necessita. "A extensão não é um simples balcão de serviços", conclui.

Em três anos, desde que o Parceria começou a ser planejado, os técnicos da Universidade visitaram todas as prefeituras das cidades onde seus câmpus funcionam. A proposta era conhecer suas necessidades para, a partir daí, os docentes montarem os projetos. Hoje, são mais de 300 professores envolvidos em 202 serviços nas áreas de abastecimento e alimentação, administração pública, água, economia e desenvolvimento, engenharia municipal, meio ambiente, planejamento, saneamento, social e solos.

O resultado, contudo, ficou aquém do que poderia ser feito. "Muitas das administrações que, num primeiro momento, haviam sugerido os projetos não se dispuseram a assinar convênios para sua efetivação", lamenta Ferreira. Uma das causas atribuídas pelo professor a essa resposta insatisfatória é o problema cultural: "Não há uma prática na relação entre universidade e prefeitura com a intensidade que queremos". Outro fator preponderante foi o momento em que o programa foi lançado — agosto de 1991 —, praticamente no final das gestões municipais. "Muitos prefeitos alegaram que já tinham seus planos de governo para 1992 aprovados e que ficaria impossível iniciar novos projetos", diz Ferreira. Mesmo assim, o professor acredita que a divulgação já realizada e os cerca de quinze convênios firmados contribuíram para tornar a proposta da UNESP mais conhecida. "Com a posse dos novos prefeitos, vamos voltar às cidades para reapresentar o programa", assegura. "O Parceria vai ter que dar um salto."

ECONOMIA

A tese defendia por vários prefeitos, de que o final de mandato impediria a implantação de novas propostas, é rebatida pelo prefeito de Jaboticabal, José Giacomo Baccarin. "Mesmo

num ano eleitoral, desenvolver projetos com uma universidade só traz economia." Baccarin fala com conhecimento de causa. São vários os serviços que a Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias (FCAV) tem prestado a prefeitura durante sua gestão. "Utilizamos efetivamente o câmpus, produzindo frangos, ovos e peixes para a merenda escolar", diz.

Baccarin, que é docente licenciado da FCAV, acredita que a Universidade tem que fazer um esforço para se abrir mais e expor com maior afinco sua extensão à comunidade. Porém, isso não é o bastante, na opinião do pró-reitor de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários, Carlos Ruggiero. "A comunidade externa quer manter um relacionamento com a Universidade, mas necessita de uma aproximação ágil, não burocrática e eficiente", explica. "Se não for assim o serviço não funciona."

Somado a isso, o prefeito de Assis, Romeu José Bolfarini, acha que é preciso dar tempo ao tempo para que uma boa colaboração se consolide. "A Universidade, apenas recentemente se dispôs a fazer esse contato", declara Bolfarini. Ele admite, no entanto, que muitas prefeituras resolvem de forma imediatista os seus problemas e não percebem o potencial de uma instituição como a UNESP.



"Falta conscientização dos prefeitos e toda uma mudança de mentalidade", diz.

Com a administração municipal de Assis a relação da Universidade é intensa. Além de ampla assessoria dada pelo Programa Parceria à realização de um projeto de desenvolvimento econômico e social para a cidade (veja box nesta página) a Faculdade de Ciências e Letras realizou um diagnóstico das ações em saúde pública, educação e promoção social no município. "O objetivo é mapear os problemas para depois criar propostas de melhoria dos serviços", diz a professora Ilda Caruso, vice-diretora da unidade.

Casos como o de Assis e Jaboticabal, são exemplos de que é possível superar obstáculos como a falta de tradição do contato universidade/prefeitura. Outro problema comum, segundo José Luiz Riani, professor do Departamento de Economia da Faculdade de Ciências e Letras (FCL), câmpus de Araraquara, é o desinteresse que, por vários motivos, os prefeitos demonstram em recorrer ao meio universitário para poder aprimorar sua gestão. "Nem sempre quem está à frente de um governo municipal se esforça para ter acesso a toda a informação disponível para administrar bem", conclui. Riani lembra ainda que, em mudanças de governo, muitos projetos em andamento são prejudicados com a troca de equipes (veja box na pág. 5). Esse fato é confirmado pelo prefeito de Jaboticabal, que lamenta que a continuidade dos programas desenvolvidos entre a UNESP e a prefeitura dependa de seu sucessor. "Vou tentar criar mecanismos que garantam o prosseguimento dos serviços que trazem benefício social", promete Baccarin.

Cesp entra no Parceria

O Programa Parceria poderá ultrapassar as fronteiras de São Paulo e chegar ao Paraná. A Fundunesp, coordenadora do programa, vem mantendo entendimentos com a Companhia Energética de São Paulo (Cesp) para a realização de um projeto conjunto de desenvolvimento econômico e social da região a ser afetada pelas barragens Canoas I e II, que a empresa construirá na divisa dos dois estados. O plano prevê, entre outras coisas, qualificação da mão-de-obra local, projetos agropecuários e apoio aos pequenos empresários.

A UNESP se envolveu no trabalho através da prefeitura de Assis. O prefeito Romeu José Bolfarini solicitou à equipe técnica do Parceria assessoria para a realização de uma espécie de plano diretor que envolvesse toda a área de sua cidade. Diante do problema da construção das barragens, que inundarão cerca de 3 mil hectares em vários municípios, Bolfarini concluiu ser impossível restringir os estudos a Assis. "Só a UNESP poderia identificar

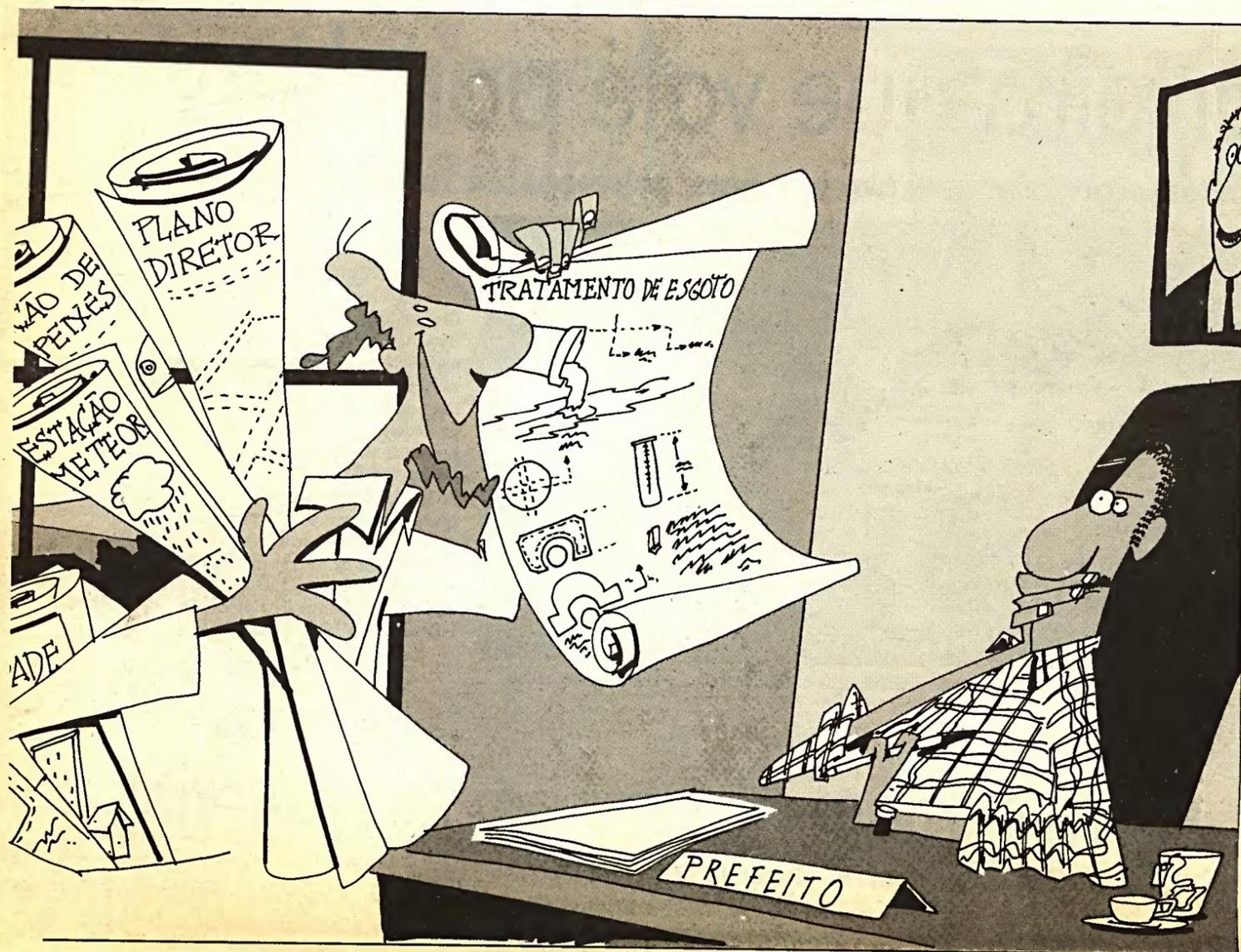
o potencial de nossa região e propor projetos condizentes com esse panorama", diz.

Para Hélivio Guatelli, arquiteto da Fundunesp e coordenador do projeto, a idéia foi bem aceita pela Cesp, que também tem interesse em implementar um programa de desenvolvimento regional. "A intenção de agregar a comunidade num projeto que terá repercussão social e econômica veio ao encontro da filosofia do Parceria", diz.

O gerente-adjunto do Departamento de Estudos e Projetos Ambientais da Diretoria de Engenharia da Cesp, Jalcione Diniz, considera importantíssimo o entrosamento com a UNESP. "Essa é uma grande oportunidade de a Universidade levar a público a teoria acadêmica", assinala. O prazo para a conclusão das obras, quando as áreas serão inundadas, é de cerca de quatro anos. Para que o projeto, já aprovado em nível técnico pela Cesp, seja colocado em prática, será necessária ainda a aprovação da diretoria da empresa.

(D.P.)





PAINEL HETEROGÊNIO

Apesar do grande potencial econômico do Estado de São Paulo, não é possível generalizar sobre a situação de seus municípios e o comportamento de seus administradores. De acordo com o professor Armando Castro, do Departamento de Economia da FCL/Araraquara, as prefeituras de médio porte estão se transformando e tendem a procurar, cada vez mais, institutos de pesquisa e universidades, ao contrário das pequenas administrações que não estão preocupadas com formas de modernização. Segundo Castro, o País viveu durante anos um centralismo federal muito grande. Após a promulgação da Constituição de 1988, esse panorama se alterou, melhorando as condições financeiras dos municípios mas trazendo novas responsabilidades. "Hoje, os prefeitos precisam investir em educação, saúde e nos vários âmbitos da infra-estrutura social, que tem especificidades locais", diz o professor. Castro é o responsável pela reestruturação do curso de Administração Pública da FCL, que, após a reforma curricular de 1991, passou a se voltar para os desafios urbanos. "Se as prefeituras estão adquirindo uma nova estrutura, os alunos e professores têm que estar integrados a ela", justifica.

Apesar de terem maior autonomia e mais recursos do que antes de 88, os municípios convivem com uma situação financeira grave, já que de 60% a 80% da sua arrecadação vêm do ICMS, em queda acentuada por causa da crise econômica. Baccarin, prefeito de Jaboticabal, informa que hoje as prefeituras têm que encontrar saídas para tentar viabilizar as administrações. "Por isso, qualquer projeto

com a universidade que ajude a prefeitura a se fortalecer, com poucos gastos, é uma boa alternativa", comenta.

Outra consequência trazida pela Constituição de 88 para os municípios foi a obrigatoriedade de apresentação de planos diretores, que dão as coordenadas para o desenvolvimento urbano e políticas públicas em todas as áreas. Nesse campo, a UNESP tem atuado de forma intensa. Em Rio Claro, professores do Departamento de Planejamento Regional do Instituto de Geociências e Ciên-

cias Exatas criaram, em 1991, o Laboratório de Planejamento Municipal, voltado para assessorar as cidades na área de planejamento. "Ao mesmo tempo em que estamos prestando um serviço à comunidade, abrimos espaço para os alunos fazerem trabalhos concretos, vinculados à realidade do País", diz o professor Pompeu Figueiredo de Carvalho, coordenador do Laboratório, que já atendeu às prefeituras de Rio Claro e São José dos Campos.

O câmpus de Presidente Prudente também tem trabalhado na elaboração de planos

diretores. Segundo o professor Everaldo Melazzo, do Departamento de Planejamento da Faculdade de Ciências e Tecnologia, sua unidade tem dado atendimento a Martinópolis, Presidente Venceslau e Álvares Machado, realizando estudos básicos para os planos diretores dessas cidades. "Presidente Prudente também nos procura, mas para uma assessoria informal", comenta.

Há outros casos de assessoria dada pela UNESP a municípios onde não mantém câmpus. Um exemplo significativo é sua participação na criação do Consórcio Intermunicipal de Educação do Leste Paulista, que envolve oito municípios da região, visando a melhoria do ensino desde a pré-escola até o nível superior. Dentro das quatorze cidades, em que funcionam suas unidades no interior, a Universidade também trabalha para a melhoria do nível de ensino básico e médio e ainda promove ações em campos como os da saúde, reciclagem de recursos humanos e meio ambiente.

No caso específico da área ambiental, Rio Claro ganhará em breve uma estação meteorológica e um parque ecológico municipal, ambas iniciativas conjuntas da prefeitura e do câmpus local. O parque ecológico, que terá 120 hectares, está sendo planejado pelo Centro de Análise e Planejamento Ambiental (Cepla). "Nosso objetivo é envolver a comunidade na questão ambiental", esclarece o coordenador do Cepla, professor Gilberto José Garcia. "Entre os projetos para o parque estão a recuperação da mata, produção de mudas, piscicultura e construção de salas de aula para educação ambiental", completa o prefeito Azil Francisco Brochini.

A estação meteorológica funcionará junto à sede do Cepla e será inaugurada em setembro. "A prefeitura construirá o prédio, com 35m2 para instalar os equipamentos que o centro já está adquirindo desde 1991", explica o prefeito. Ficou ainda a cargo da administração municipal a instalação de uma linha telefônica para que os técnicos repassem as informações à comunidade. "A estação terá um alcance de 60 km em torno de Rio Claro e dará informações valiosas aos agricultores da região", acrescenta Garcia.

Guaratinguetá também terá sua infraestrutura aprimorada por uma ação conjunta do poder público local e da UNESP. A Faculdade de Engenharia e a prefeitura conseguiram a doação, pelo governo alemão, de uma estação de tratamento de esgotos no valor de US\$ 1 milhão. As negociações tiveram a participação do professor Nazem Nascimento, do Departamento de Mecânica da FEG e ex-diretor do Serviço Autônomo de Águas e Esgotos de Guaratinguetá. "Para que a estação seja instalada, será necessário ainda um estudo de engenharia bastante elaborado, onde a UNESP também poderá atuar", explica Nascimento. De acordo com o professor, a Universidade deverá dar também assessoria técnica no funcionamento da estação.

Iniciativas recentes em outros câmpus da UNESP também podem ser lembradas — e o projeto de instalação de um Parque Tecnológico em São José do Rio Preto é mais uma delas. No entanto, o mais importante é que a Universidade se empenhe em multiplicar essas experiências. Afinal, apesar das dificuldades, as prefeituras comprovam que são um canal cada vez mais privilegiado de contato com toda a população.

Denise Pellegrini

No Cepam, um novo caminho

A Fundação Prefeito Faria Lima — Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal (Cepam) — poderia tornar-se um canal de repasse da tecnologia produzida na Universidade para as 625 cidades de São Paulo. A opinião é de Clodomiro Correia de Toledo, assessor técnico da presidência do órgão, que dá assessoria às administrações municipais. Desde agosto de 1989, a UNESP tem um amplo convênio firmado como o Cepam mas, até hoje, nenhum trabalho foi desenvolvido em conjunto. "O know-how da Universidade poderia ser trazido para abastecer o Cepam de informações", considera Toledo. Ele afirma que o Centro não dispõe de profissionais para deslocar para o interior e a UNESP, com sua distribuição por todo o Estado, poderia ser bastante útil.

Porém, de acordo com o professor José Carlos Tartaglia, do Departamento de Economia da Faculdade de Ciências e Letras, do câmpus de Araraquara, não foi por falta de interesse da Universidade que o acordo ainda não deu frutos. Tartaglia lembra que em 1990 foram realizadas várias discussões entre pesquisadores da UNESP e técnicos do Cepam, para a montagem de um convênio e um grupo de estudos. "Nós orientaríamos as prefeituras para ampliar seus recursos em organismos internacionais e nos governos estadual e federal", detalha. A situação teria mudado com a posse do atual governo do Estado, em 1991. "A nova diretoria do Cepam descartou o convênio, alegando que não tinha interesse no projeto", lamenta o professor.

(D.P.)



PROJETO

Uma carteira que vale por duas

Grupo de Bauru desenvolve carteira barata para crianças de todas as idades

Versátil, o projeto previa a construção de uma carteira escolar que fosse usada por alunos de diversas idades. Sua concepção também tinha uma preocupação econômica: utilizar materiais de custo acessível para uma produção barata. A fim de que essa proposta gerasse resultados concretos, quinze alunos da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicações (FAAC), câmpus de Bauru, se envolveram durante todo o primeiro semestre do ano em vários estudos e atividades. A ação da equipe do quinto semestre do curso de Desenho Industrial — Habilitação em Projeto de Produto se materializou em dois protótipos de carteira. No final de junho, os móveis foram doados ao Núcleo de Ensino Renovado de Educação Infantil de 1º Grau, que funciona na cidade e atende crianças do pré-primário à quarta série do 1º Grau.

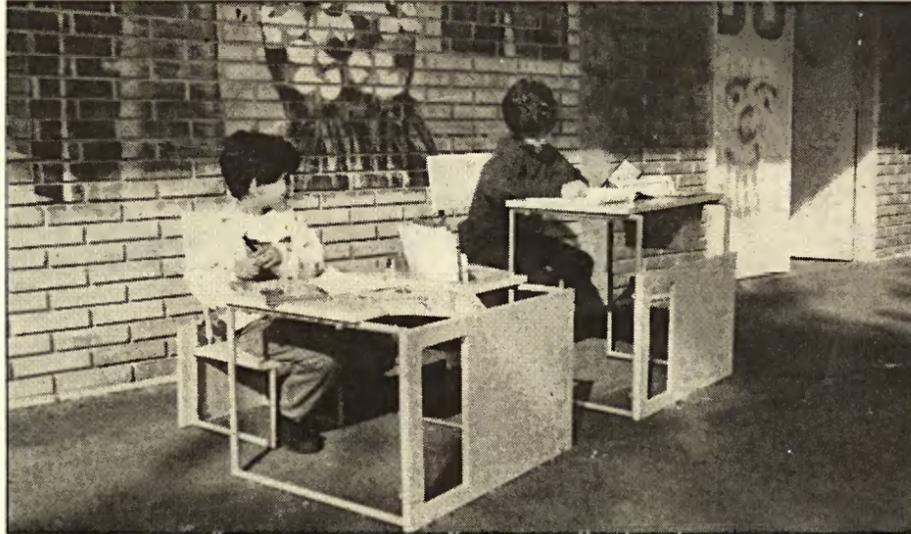
Coordenado por docentes da UNESP, o Núcleo está vinculado à Prefeitura Municipal. “Esperamos que agora as autoridades se interessem por nossa proposta e passem a fabricar as carteiras para as escolas da região”, enfatiza José Carlos Plácido da Silva, professor da disciplina Projeto e autor da idéia posta em prática pelos estudantes. De acordo com a aluna Amyli Pyles Ribeiro, o objetivo da equipe foi dar condições para que o próprio almoxarifado da Prefeitura produzisse as carteiras. “Por isso, empregamos materiais baratos, além de tecnologia que não exige a utilização de uma indústria sofisticada”, esclarece.

Os dois protótipos são feitos de madeira compensada de 20 milímetros, um tubo de ferro de meia polegada e uma bandeja de resina de poliéster e fibra de vidro. Um dos móveis é destinado a crianças de pré-primário e outro a alunos da primeira à quarta séries do 1º Grau. Cada uma das carteiras atende a dois padrões antropométricos — ou seja, pode ser usada por crianças de tamanhos diferentes —, bastando para isso mudar a carteira de posição.

OPINIÃO DA GAROTADA

Essas soluções foram encontradas depois de um trabalho de vários meses, em que os estudantes se dividiram em três grupos. O primeiro realizou uma pesquisa de opinião com 105 alunos de oito escolas da cidade, sobre questões como cores preferidas e uso do espaço durante as aulas. Paralelamente, foi concluído um estudo antropométrico das crianças, verificando-se suas medidas e adaptação do corpo aos móveis. A segunda turma conversou com os professores das escolas e relacionou os principais problemas do mobiliário escolar. Com o objetivo de absorver as tecnologias de fabricação das carteiras, o terceiro grupo pesquisou junto aos produtores e fornecedores.

Coordenador de toda a equipe, o estudante Luis Carlos Paschoarelli acentua que, além desse trabalho de campo, os alunos efetuaram um amplo levantamento bibliográfico. Eles precisaram ler sobre métodos de ensino, principalmente o método Freinet, que é empregado pelo Núcleo de Ensino Renovado. “Como o método Freinet permite o direito de escolha à criança, desenvolvemos o projeto com base em sua opinião”, realça Paschoarelli. Segundo ele, uma das maiores vantagens do projeto foi o contato com diversas áreas de conhecimento, como pesquisa de opinião e



Crianças testam as novas carteiras: preferências e opiniões foram levadas em conta

estatística, além do trabalho em oficinas de madeira, plásticos e metal, com a orientação dos docentes da FAAC.

Até mesmo uma conta bancária foi aberta pelos estudantes, na qual cada um depositava mensalmente uma quantia para o financiamento do projeto. “Gastamos uns Cr\$ 600 mil”, estima Helder Soares. Ele garante, porém, que a maior dificuldade não foi juntar o dinheiro necessário e sim reunir periodicamente quinze pessoas e dar unidade às suas opiniões. “Mas a experiência de trabalhar em grupo foi muito boa”, garante. Flavia Torres afirma que os membros da equipe pensam em participar de novos projetos e para isso pretendem obter bolsas de estudo da Universidade. “Finalmente, realizamos um trabalho que beneficia a comunidade e divulga o nome do curso, da Faculdade e da UNESP”, argumenta.

Cleide Portes, de Bauru

CULTURA

Alunos põem Franca em movimento

Teatro, dança, capoeira, aeróbica. Em Franca, o DA é um exemplo de criatividade e agitação



Roberto Lamari, presidente do DA: poucas bandeiras políticas e muitas promoções

Não é possível encontrar pôsteres de Che Guevara, poemas de Maiakóvski ou cartazes em prol da Nicarágua espalhados pelo Diretório Acadêmico 21 de Setembro, da Faculdade de História, Direito e Serviço Social de Franca. Ali, o que chama mesmo a atenção é o número de grafites e painéis com um toque de non sense, como o de um cérebro sendo descascado como uma laranja. Um cenário, aliás, feito sob medida para executar as palavras de ordem que imperam no local: agitação cultural e festanças animadas.

No momento, o grande destaque é um curso de teatro que conta com oitenta alunos, entre universitários e jovens da cidade. Até agora, o grupo apresentou as peças **O Juízo e o capataz** e **Calibã**, ambas dirigidas pelo professor Walter Perosa, no Teatro Municipal da cidade. O projeto mais ousado, entretanto, está em fase de elaboração. Trata-se da montagem **Eu chovo, tu choves**, sobre a vida dos meninos de rua, representada por eles mesmos. “O grande problema é conseguir dinheiro para pagar o professor, manter o curso e montar as peças”, reclama o estudante do segundo ano de Direito, Roberto Lamari, presidente do DA. “A única verba que

temos é da Prefeitura e não passa de Cr\$ 200 mil por mês”, conta.

A melhor fonte de renda do DA, por enquanto, são os bailes, principalmente a “domingueira”, das 20h às 23h, com entrada gratuita para mulheres e ingresso de Cr\$ 1 mil para homens. O público da “domingueira” é basicamente os trabalhadores das indústrias de sapato de Franca. “Algumas pessoas já são cativas das nossas festas”, assegura Lamari. Aos sábados, os estudantes alugam o salão para o **Big Black**, do movimento negro da região, e a festa rola a partir das 23h30. E, como não podia deixar de faltar, às quintas-feiras é realizada a festa gratuita para os alunos e com ingresso de Cr\$ 1 mil para quem é de fora, animada por conjuntos ou fitas.

As opções de lazer oferecidas pelo DA não param por aí. De segunda a sexta-feira,

mana de Direito, com a presença de nomes como Dalmo Dallari. Em setembro, acontecerá a tradicional Semana Cultural, envolvendo apresentações de teatro, corais e exposições de arte.

Sem aderir à filosofia de um único partido — o diretório é composto por membros do PT, PSDB, PC do B e PL —, a chapa de Lamari buscou um modelo de gestão mais pragmático, com menos bandeiras políticas. A partir de agosto, quando serão feitas novas eleições no DA, Lamari deixará de lado as atividades como dirigente estudantil. “Quero mais tempo para minha própria vida”, diz. Nos últimos meses, ele perdeu não só muitas aulas no curso, mas até mesmo a namorada, que reclamava da falta de atenção.

Vera Lígia Rangel

Universidade convida os alunos de amanhã

Pelo quarto ano consecutivo, alunos do 1º e 2º graus e cursinhos de todo o Estado poderão entrar na Universidade sem vestibular. O evento anual **Venha nos Conhecer**, que desde 89 abre as portas dos quinze câmpus da UNESP para a visita de estudantes da rede pública e privada,

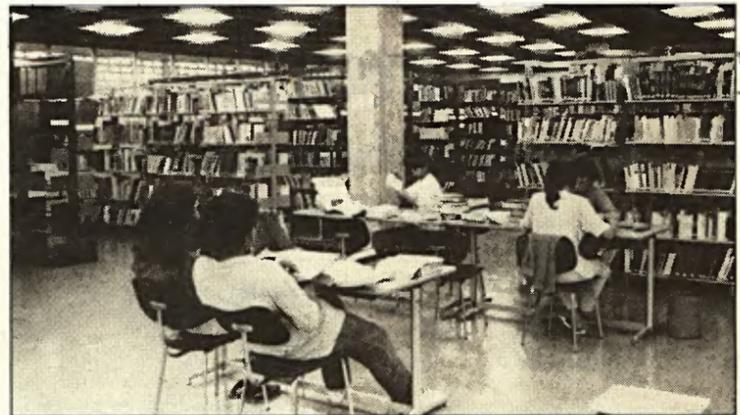


acontece na última semana "cheia" de setembro. Até hoje, cerca de 100 mil pessoas já participaram do programa, que tem como objetivo auxiliar na escolha profissional dos futuros universitários. "A partir das visitas, os alunos podem checar de perto suas aptidões", explica Carlos Ruggiero, pró-reitor de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários. Ele lembra que as atividades programadas — entre elas palestras, visitas a laboratórios e oficinas, projeções de filmes, audiovisuais e vídeos — são pensadas de modo a abranger as diversas áreas e dar explicações sobre cada curso. Os alunos receberão ainda gratuitamente o **Guia do Vestibulando** da UNESP.

O evento é organizado de forma descentralizada, ou seja, cada uma das 24 unidades faz sua programação de acordo com as características dos cursos que possui. Durante os três dias em que ocorrem as visitas, professores, alunos e funcionários se voltam para atender à curiosidade dos alunos que transitam pelos câmpus em busca de informações. Segundo o vice-diretor do Instituto de Biociências (IB) de Botucatu, Luis Antonio Toledo, neste ano houve várias mu-

danças na programação, devido às sugestões de professores e alunos das escolas do ano passado, que fizeram uma avaliação do que viram. "Além das exposições fixas, preparamos minicursos e visitas especiais com cerca de quatro horas de duração sobre assuntos variados", conta Toledo, lembrando que algumas dessas atividades precisam de inscrições prévias. Haverá ainda projeções de filmes e debates com professores. "Procuramos abordar assuntos atuais, como o meio ambiente, a AIDS, a cólera e os efeitos das drogas no organismo", detalha Toledo. O IB, que realizará o **Venha nos Conhecer** de 20 a 22 de setembro, espera dobrar o número de visitantes, que no ano passado foi 8 mil. "Ampliamos o número de convites e receberemos escolas de várias outras cidades."

As três unidades da UNESP de Bauru vão abrir aos alunos todos os seus laboratórios e oficinas, que incluem áreas diversificadas como Computação, Artes, Jornalismo e Engenharia. "Esperamos sessenta escolas de Bauru e região", planeja Lidia Ribeiro Ruiz, que está à frente da comissão organizadora do evento no câmpus. Entre 23 e 25 de setembro, as faculdades estarão abertas para os alunos, que poderão conferir o seu dia-a-dia. Cada escola optará pela visita a três cursos, para que o tempo possa ser bem aproveitado. Além disso, haverá atividades culturais, como teatro e números musicais.



Lilo Claretto

Usuários numa biblioteca: mais 15 mil títulos científicos

Novos livros em todas as unidades

Os usuários das bibliotecas de 24 unidades da UNESP em breve terão à sua disposição 15.054 novos livros científicos, nacionais e importados. As aquisições foram financiadas pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), que possui um programa de melhoria dos acervos das instituições de pesquisa sediadas no Estado. Embora este seja o segundo ano que participa da iniciativa, é a primeira vez que a UNESP recebe um volume tão expressivo de títulos. "Na primeira oportunidade não houve uma divulgação muito grande e poucas unidades fizeram pedidos", afirma Glaura Maria Oliveira Barbosa de Almeida, coordenadora da Coordenadoria Geral de Bibliotecas.

Desta vez, Glaura tomou cuidado de convocar as bibliotecárias de todos os câmpus, para não desperdiçar a chance. E os resultados foram animadores: todas as unidades solicitaram novas publicações, inclusive o Instituto de Física Teórica (IFT), de São Paulo e o Instituto de Pesquisas Meteorológicas (IPMet) de Bauru,

que são unidades auxiliares. "Isso vai contribuir para diminuir a demanda reprimida de títulos na Universidade", constata ela. Segundo Glaura, a Fapesp só não vai comprar os livros que não tiverem cotação, isto é, não apresentarem um preço de mercado. A Fapesp deverá abrir concorrência para comprar os títulos pedidos, que têm prazo de entrega previsto para agosto.

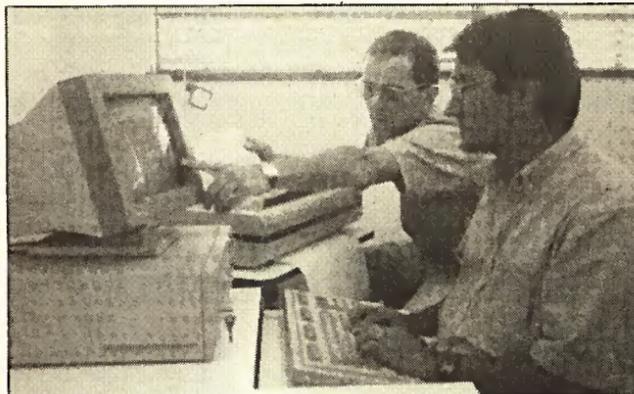
A Faculdade de Ciências e Letras (FCL) de Araraquara lidera a relação de livros aprovados pela Fundação: 1.795 publicações. E Glaura justifica um pedido tão grande de títulos. "O acervo da área de Humanas está mais desatualizado em relação às áreas de Exatas e Biológicas, que têm publicações próprias", diz. A bibliotecária-chefe substituta Maria Virgínia Morales André, da FCL, afirma que a melhoria do acervo é uma antiga reivindicação dos professores. "Temos cinco cursos na área de Humanas e o pedido de livros científicos pela pós-graduação é muito grande", conta ela.

DESBUROCRATIZAÇÃO

A informática chega, a papelada vai embora

Agora, na Reitoria, quando for preciso consultar nomes, cargos e mandatos de professores, funcionários e alunos de cada órgão colegiado, não será mais preciso revirar volumosas pastas ou calhamaços. Isso se tornou possível graças à implantação, em junho passado, de um programa de controle de órgãos colegiados, idêntico ao formulado pelo pólo de informática da Faculdade de Ciências e Letras (FCL), câmpus de Araraquara. A iniciativa faz parte da proposta de padronizar os programas dos pólos computacionais da Universidade. "Queremos implantar na Reitoria e em outras unidades bons projetos elaborados por esses núcleos, para que todos eles tenham o mesmo padrão", diz Maria Cecília Rocha, responsável pelo Grupo de Informações Acadêmicas da Secretaria Geral.

O programa foi elaborado por José Sebastião Soares, gerente da área de Extensão da FCL, e Luiz Fernando Coletti, secretário executivo da Congregação da unidade. Segundo Coletti, que implantou o sistema em São Paulo, a informática acabou com a burocracia em Araraquara. "Há um ano e meio não trabalhamos mais com papel e houve redução



Coletti e Soares: menor burocracia em Araraquara

de 30% nos serviços da Diretoria Técnica Acadêmica", explica ele. Coletti está animado com a possibilidade sugerida pela Secretaria Geral de ajudar a informatizar outros câmpus da UNESP. "É necessário um intercâmbio entre as unidades para que se possam trocar as experiências desenvolvidas em cada pólo", diz.

Cecília adverte, no entanto, que antes de informatizar é necessário organizar as infor-

mações. A Secretaria está empenhada em implantar o Formulário Único, formando um banco de dados sobre a carreira do docente dentro da Universidade, que serviria para racionalizar as informações dispersas por vários departamentos. "Depois que o Formulário estiver pronto, ficará fácil informatizar os dados", explica ela, que pretende concluir esse trabalho até o final do próximo ano. Segundo Cecília, praticamente todas as unidades da UNESP estão equipadas com computadores e parte dos dados sobre produção científica já está arquivada em disquetes. "O que falta é sistematizar as informações através de programas", avalia ela. E a Secretaria já está estudando um meio de interligar os computadores de todos os câmpus sem onerar a Universidade. "Queremos viabilizar financeiramente essa operação", diz.

ENSINO

Área de Ciências discute reforma

Tentar entender a reforma implantada pelo governo do Estado nas escolas de 1º e 2º graus a partir deste ano e avaliar como os professores de Ciências da rede estão se adaptando às mudanças. Este é um dos objetivos do 1º Encontro de Professores de Ciências, que a Faculdade de Ciências (FC) da UNESP de Bauru realiza de 13 a 15 de julho próximo. Dentro do tema central "A Reforma do Ensino, o Ensino de Ciências e a Universidade", haverá minicursos, mesas-redondas e palestras ministradas por especialistas na área, da UNESP, Unicamp, PUC-SP e das Delegacias Regionais de Ensino. "Além da reforma, vamos tratar da relação das escolas com a Universidade e da reciclagem dos professores", adianta Maria Regina Gomes da Silva, do Departamento de Matemática da FC e organizadora do Encontro.

O evento será dirigido para os professores da rede de ensino de 1º, 2º e 3º graus (municipal, estadual e particular) da área de Ciências e para alunos dos cursos de licenciatura em Biologia, Física, Química e Matemática. Maiores informações podem ser obtidas na Assessoria de Comunicação e Imprensa da UNESP de Bauru, tel. (0142) 23-2111, ramal 178. Serão cobradas taxas de inscrição de Cr\$ 10 mil para professores e de Cr\$ 5 mil para alunos.

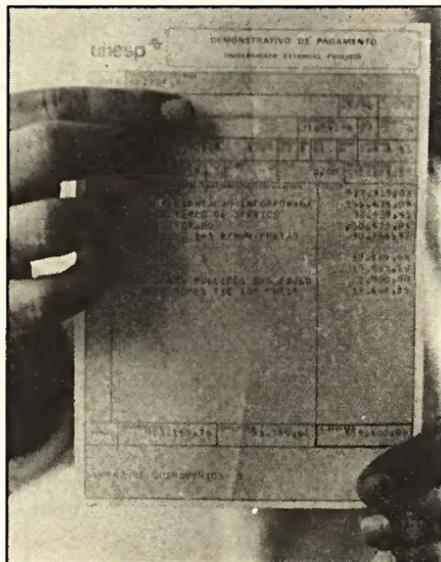
Reajuste menor, por causa do ICMS

Má arrecadação dificulta reposição de perdas salariais

O Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) acredita que não haverá condições de se discutir uma política salarial para as três universidades no segundo semestre, em virtude da previsão de queda na arrecadação do ICMS até o final do ano. Segundo o professor Paulo Milton Barbosa Landim, reitor da UNESP, nos próximos meses os reajustes salariais deverão ser menores do que a inflação calculada pela Fipe.

"Chegamos ao máximo com o aumento de 23% em junho", afirma o reitor. Em junho, os salários corresponderam a 85,4% da cota do ICMS destinado à UNESP. Segundo estimativa feita pela Assessoria de Planejamento Estratégico da Reitoria (APE), o ideal é que se destine no máximo 83% do orçamento para o pagamento de funcionários. "Acima disso, não há garantia para o pagamento do 13º salário no final do ano", avisa Kunitomo Watanabe, assessor técnico da Reitoria. De acordo com os cálculos da Assessoria, se os salários fossem reajustados a cada mês de acordo com um percentual de inflação estipulado em torno de 22%, em dezembro o índice de comprometimento dos salários na folha de pagamento chegaria a 102%. "A UNESP teria que aumentar sua dívida, que está hoje em torno de US\$ 45 milhões", afirma Watanabe.

Há uma proposta de política salarial elaborada pelo Cruesp que prevê fixar em



Holerite: entidades querem índice maior

90% do percentual do ICMS para o pagamento de funcionários e destinar apenas 10% para investimento e custeio. Caso essa política fosse adotada pela Universidade, segundo cálculos da APE, os funcionários chegariam no final do ano com uma perda salarial em torno de 10%, em relação a maio deste ano, e não estaria garantida a reposição da inflação a cada mês. "Essa política

ICMS X Inflação (taxas de crescimento previstas)		
	ICMS	Inflação
julho	20,9%	22,2%
agosto	22,5%	22,0%
setembro	24,2%	22,0%
outubro	22,2%	22,0%
novembro	21,1%	22,0%
dezembro	15,0%	22,0%

(Observação: ICMS/julho — previsão da Secretaria da Fazenda; agosto a setembro — previsão da RUNESP. Inflação: previsão da RUNESP)

não preserva os atuais níveis de salário", critica a professora Lúcia Lodi, ex-presidente da Associação de Docentes da UNESP (Adunesp) e vice-presidente da Regional São Paulo da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes).

A política salarial sugerida pelo fórum das seis entidades de funcionários e professores das três universidades paulistas é que os reajustes mensais sejam corrigidos pelo índice da inflação, quando este percentual for maior ou igual à taxa de crescimento da arrecadação do ICMS. "Dessa forma, iríamos garantir pelo menos a inflação do mês", comenta Rosa Aparecida Alves da Silva, secretária-geral do Sindicato dos Trabalhadores da UNESP (Sintunesp).

• A convite do governo estadual de Baden-Wuerttemberg, na Alemanha, o professor **Nazem Nascimento**, da Faculdade de Engenharia do câmpus de Guaratinguetá, visitou em maio a Faculdade de Darmstadt, em Baden, e a Faculdade de Karlsruhe, na cidade do mesmo nome. Um dos principais objetivos da visita foi planejar o III Seminário Bilateral entre a UNESP e a Faculdade de Darmstadt, que acontecerá de agosto a setembro próximos, em Guaratinguetá. Dois docentes e um aluno da instituição alemã deverão participar do evento.

• Vice-diretor da Faculdade de Engenharia e Tecnologia (FET), câmpus de Bauru, o professor **Paulo Cesar Razuk** obteve o título de livre-docente em concurso realizado em maio passado. Razuk se tornou, assim, o primeiro livre-docente da FET.

• No último dia 23 de junho foi eleita a nova diretoria do Conselho de Vice-Diretores da UNESP — Convidunesp. A presidência será ocupada por Tereza Maria Malatian, da FHDSS/Franca. Como vice-presidente foi escolhido Paulo de Figueiredo Vieira, da FCAV/Jaboticabal. A chapa é formada ainda por Ilda Aparecida Caruso, da FCL/Assis (Secretária) e Luís Roberto Carroci, da FE/Guaratinguetá (tesoureiro).

AGRONOMIA

O encontro dos alunos do País

No final de julho, Jaboticabal será o ponto de convergência dos alunos da área agrônoma de todo o País. Entre os próximos dias 18 e 26, ocorrerá na Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, o XXXV Congresso Nacional dos Estudantes de Agronomia (Conea). O Congresso tem como principal proposta a conscientização estudantil sobre os problemas que afetam a universidade e, portanto, a formação profissional. O Diretório Acadêmico Fernando Costa, da FCAV, promove o evento, juntamente com a Federação Nacional dos Estudantes de Agronomia (Feab).

Entre as atividades previstas, serão realizados três painéis: no dia 19, se analisará a relação entre universidade e conjuntura, com as presenças de Cristovam Buarque (UnB) e Newton Lima (vice-reitor da UFS-Car); no dia 21, será abordada a formação profissional, pelo professor Valdo Cavalet (UFPR) e Paulo César Arns (Epague/Sta. Catarina); e o terceiro painel, no dia 22, discutirá o movimento estudantil. Nos dias 19, 23 e 24, acontecerão as plenárias nacionais das entidades de base da Feab.

Mais informações poderão ser obtidas no DA Fernando Costa, tel. (0163) 22-2877.

CURSO

Ciência sem enganos

A feitura do trabalho científico exige o conhecimento de uma série de regras, que vão desde o título até a bibliografia, passando pelos capítulos, manuseio de material e métodos de abordagem. Pensando nas dificuldades que os pesquisadores têm na elaboração destes textos, o Departamento de Biologia Aplicada à Agropecuária da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias do câmpus de Jaboticabal vai realizar dias 4 e 5 de agosto um Curso de Metodologia Científica, aberto a graduandos, pós-graduandos

e professores de todas as áreas.

Para ministrar as aulas, foi convidado o professor Liberato Didio, pró-reitor do Medical College of Ohio Toledo, situado em Ohio, Estados Unidos. Constan ainda no programa questões relativas às diferentes partes do trabalho científico, discussões e um exame para verificação do conteúdo. O curso acontecerá de manhã e à tarde no Centro de Convenções "Prof. Ivaldo Melito", e dá direito a um certificado. A taxa de inscrição é de Cr\$ 15 mil.

FARMÁCIA

Mais perto do mercado

Abordar temas relevantes das Ciências Farmacêuticas que não têm lugar nos currículos de graduação. Este é o principal objetivo da 29ª Jornada Farmacêutica de Araraquara, que acontece de 23 a 30 de agosto. São esperados cerca de 400 alunos e profissionais no evento, que terá cursos, palestras e mesas-redondas. "Procuramos trazer temas atuais", explica a professora Aureluce Demonte, professora da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Araraquara (FCF) e organizadora da Jornada.

O evento terá a participação de especialistas da UNESP, USP e Unicamp, além de representantes de indústrias. Dentro dos temas que serão abordados estão "Alimentos Diet e Light", por profissionais da Kibon, Hoescht e Monsanto (Nutrasweet) e "Aromas e Aditivos na Indústria Alimentícia e Farmacêutica", por Antônio Carlos Mastrângelo, da Givaudan S.A. Maiores informações podem ser obtidas pelo telefone (0162) 32-0444, ramais 158 e 195.

Carta à Redação

Com estranheza tomei conhecimento da matéria Em 93, sessenta novas vagas, além de mudanças nos exames, no *Jornal da UNESP* de junho/92, pág. 3.

Depois de um esforço de sete anos, conseguimos que a participação docente fosse ativada para as definições relacionadas com o vestibular. Assim, baseando-se em subsídios coletados pela Pró-Reitoria de Graduação, o CEPE é que dispõe de atribuição deliberativa sobre definição de vagas, normas e programas sobre vestibular.

Isto posto, fica claro que a matéria publicada está em desacordo com a prática corrente em nossa Universidade, a começar pelo início da informação: "A Fundação para o Vestibular da UNESP (Vunesp) tem boas notícias. O número de vagas oferecido pela UNESP...".

Assim, a bem da verdade estimaria a reparação da notícia veiculada.

Antonio Cesar Perri de Carvalho,
Pró-reitor de Graduação.

PESQUISA

UNESP recebe estrangeiros

Já em agosto, seis pesquisadores estrangeiros podem estar chegando a cinco unidades da UNESP. São profissionais selecionados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), após indicações das próprias unidades. Sua vinda faz parte do Programa de Apoio à Participação de Especialistas Estrangeiros, iniciado em janeiro pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico. No total, 43 pesquisadores de dezessete países virão para trabalhar em 35 projetos vinculados às três universidades e institutos de pesquisa estaduais paulistas. Eles deverão ficar em São Paulo por períodos que variam de quinze dias a dois anos, num empreendimento que custará cerca de US\$ 1,2 milhão.

O Instituto de Pesquisas Meteorológicas (IP-Met), do câmpus de Bauru, receberá o pesquisador Gerhard Held, do Conselho de Pesquisa Científica e Industrial de Pretória, África do Sul, para um programa de radares ligados à análise e interpretação de campos de precipitação (chuvas). O russo Melnikov Petr Petrovich da Universidade Lomonosov, vem trabalhar nas pesquisas sobre terras-raras do Instituto de Química, de Araraquara. Ambos ficarão por um período de dois anos. Proveniente de Ohio, nos Estados Unidos, Julius Kreier irá para Botucatu, a fim de colaborar com um grupo de pesquisa de imunodiagnóstico, giardia e leishmania no Instituto de Biociências, e também para dar aulas na pós-graduação da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia.

O Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE), câmpus de Rio Claro, contará por um mês com os cubanos José Mateo Rodriguez e José Luiz Dias, da Universidade de Havana, especialistas em planejamento ambiental. Na Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá, o russo V. Pastukhav, que tem ampla experiência na área aeroespacial, vai atuar no campo de materiais de alta resistência. "Pastukhav é, sem dúvida, uma aquisição fantástica para a área de engenharia da UNESP", comemora Hermann Voorwald, diretor da Faculdade.

ENSINO

Universidade leva curso a Sergipe

Numa ação inédita dentro do ensino superior brasileiro, a UNESP dará início, no próximo dia 3 de agosto, às aulas do curso de doutorado em Geografia, área de concentração "Organização do Espaço", na Universidade Federal de Sergipe (UFS). O curso, uma extensão da pós-graduação do Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE) do câmpus de Rio Claro, pôde ser implantado graças a um convênio firmado entre as duas universidades e ao apoio da Capes — Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior —, que dará bolsas de deslocamento para os oito alunos já selecionados.

Segundo a coordenadora do curso, professora Lígia Celoria Poltronieri, do Departamento de Geografia do IGCE, a Capes possibilitou a implantação do curso porque ele está em sintonia com sua proposta de descentralização do doutorado no País. "No Brasil, só existem cursos de Geografia nesse nível na UNESP e na USP", comenta. Além de 34 docentes do IGCE, foram credenciados para o curso dois da UFS e três da Universidade Federal da Bahia. "Nesse próximo semestre, serão ministradas quatro disciplinas em Sergipe", diz Lígia. Os alunos, no entanto, poderão realizar levantamentos bibliográficos no IGCE. O exame de qualificação e a defesa de tese serão realizados em Rio Claro.

ADMINISTRAÇÃO

Saúde melhor em todos os câmpus
Unidades terão em breve atendimento médico em nível primário

Em um prazo de três meses, todos os quinze câmpus da UNESP terão à sua disposição Unidades de Assistência Médica, Odontológica e Social (Unamos). Numa fase inicial, elas irão atender alunos, servidores e dependentes em nível médico primário — consultas agendadas e eventuais — e oferecerão também serviço de assistência social. As áreas básicas de atendimento serão clínica médica, pediatria, ginecologia e obstetrícia e enfermagem. Segundo o vice-reitor e pró-reitor de Administração e Desenvolvimento, Arthur Roquete de Macedo, uma segunda fase prevê o atendimento em nível secundário (medicina especializada), terciário (internações e procedimentos hospitalares) e odontológico. Entretanto, segundo ele, esta primeira etapa é de extrema importância. "O atendimento primário deve resolver 85% das necessidades médicas da comunidade", completa Arthur. O Governo do Estado — após proposta feita pelo Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) — enviou um projeto-lei à Assembleia Legislativa estabelecendo que o financiamento de assistência médica nas universidades se dará por repasses de recursos do IAMSPE.

As Unamos terão como modelo o projeto-piloto em funcionamento no câmpus de Araraquara desde agosto de 90. Segundo Luís Roberto de Toledo Ramalho, diretor da Faculdade de Odontologia de Araraquara e coordenador



do projeto, a experiência superou as expectativas iniciais, solucionando 90% dos problemas de saúde da população do câmpus — porcentagem acima da estabelecida pela Organização Mundial de Saúde para este tipo de serviço. Neste período, foram realizadas 8 mil consultas médicas, 2.500 odontológicas e 3.800 de assistência social.

Já foi realizado o concurso para contratação de profissionais que trabalharão nesta primeira fase das Unamos. Ao todo, serão admitidas 92 pessoas, entre clínicos, ginecologistas-obstetras, pediatras, assistentes sociais, enfermeiros e auxiliares de enfermagem. O número de funcionários por câmpus vai variar de acordo com o tamanho da população a ser atendida.

SERVIDORES

Plano de carreira será corrigido

A Universidade, antes de lançar seu novo plano de carreira, vai corrigir aquele que hoje está em funcionamento. A comissão encarregada de analisar o plano atual tem um prazo de sessenta dias a partir de julho para preparar a operacionalização das medidas de reavaliação e avaliação de mérito, correção de distorções e desvios de função. Isso significa que, em breve, estará pronto para entrar em ação o plano que vai deixar mais justo o sistema salarial da UNESP. "Estas mudanças já foram exaustivamente discutidas e passamos agora para uma fase mais

prática do plano", enfatiza o vice-reitor e pró-reitor de Administração e Desenvolvimento, Arthur Roquete de Macedo. A proposta de implantação dessas medidas foi aprovada em plenária realizada em junho por membros da Asunesp, Sintunesp, representantes nos órgãos colegiados, associações locais, comissões locais de avaliação e Pró-Reitoria de Administração e Desenvolvimento.

As sugestões e críticas enviadas pelas unidades resultaram nos instrumentos que serão usados para reavaliação e avaliação. Tais instrumentos serão os seguintes: esco-

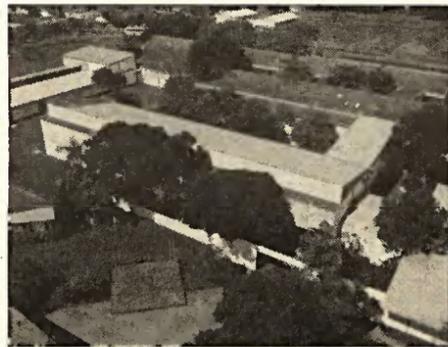
laridade, estágio e cursos relacionados com a área de atuação; participação em comissão, banca ou grupo de trabalho; participação em órgãos colegiados; trabalhos publicados em livros, revistas especializadas e anais; colaboração em trabalhos científicos da UNESP; atuação em eventos científicos, culturais e de divulgação e experiência profissional. Outra proposta discutida e aprovada foi a revisão dos processos de servidores cujos perfis ocupacionais foram criados no decorrer do processo de avaliação.

ILHA SOLTEIRA

Ensino e pesquisa têm mais espaço

Alunos e professores da Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira (FEIS) iniciarão as aulas no segundo semestre contando com novos espaços para suas atividades de ensino, pesquisa e extensão de serviços à comunidade. Foram inaugurados no dia 30 de junho um prédio destinado ao Laboratório de Biotecnologia e as novas instalações do Laboratório de Alta Tensão, que recebeu um lote adicional de equipamentos.

A construção do Laboratório de Biotecnologia, com 300m² de área, foi possibilitada por um convênio entre a UNESP e a Cesp, que bancou toda a obra, num valor estimado atualmente em Cr\$ 300 milhões. "Nessa área, estamos



Faculdade de Engenharia: novos laboratórios

acomodando os nossos equipamentos e o pessoal, que estava sem condições de trabalho", comenta o diretor da unidade, professor Nelson de Araújo.

Já o Laboratório de Alta Tensão teve seu prédio apenas adaptado para receber novos equipamentos no valor de US\$ 150 mil obtidos através de um convênio com a Alemanha. Segundo Araújo, o material será de extrema importância para o desenvolvimento da pesquisa na unidade. "Os equipamentos serão úteis para o mestrado em Engenharia Elétrica", diz o diretor. O curso de pós-graduação em Engenharia Elétrica, área de concentração Automação, é o primeiro da FEIS e teve início no dia 22 de junho.



Por dentro da família

Cenas familiares: psicodrama e ideologia. José Roberto Tozoni Reis, Editora Ágora, 139 páginas, Cr\$ 26.000.

Odair Sass

O livro **Cenas familiares**, de José Roberto Tozoni Reis, professor da Departamento de Neurologia e Psiquiatria da Faculdade de Medicina, câmpus de Botucatu, é atual e provocativo. Nos dias de hoje, em que vários intelectuais abandonam ou renegam as convicções científicas ou políticas de ontem, a análise do professor Tozoni sobre os temas da família, ideologia e psicodrama tem o efeito de um antídoto.

O texto é subdividido em duas partes. Na primeira, o autor analisa, da perspectiva do materialismo dialético, as funções da família e da ideologia. Em seguida, é apresentado o psicodrama, especialmente a teoria dos papéis sociais nele implicada, como um método de investigação "indissolavelmente unido a um sistema teórico e não apenas como um conjunto de procedimentos técnicos" (p. 41). Esse sistema teórico é a sionomia, tal como a definiu Jacob Moreno. A segunda parte, dinâmica e elucidativa, é dedicada à análise de oito casos clínicos investigados pelo autor.

A atualidade e a provocação do texto residem na discussão, pela óptica do marxismo, do importante tema da subjetividade, ou, se preferirmos, das relações entre indivíduo e sociedade. Por isso, o livro pertence mais às ciências sociais do que à psicologia em sentido estrito.

Para realizar esse empreendimento, o professor Tozoni localiza na família burguesa não somente a função econômica da reprodução de seus membros mas também a função de reprodução e manutenção da ideologia. O psicodra-

ma emerge para o autor como um instrumento privilegiado da investigação científica que dá aos participantes, através da dramatização, a oportunidade de desvelar as formas ideológicas de controle da conduta individual. Ainda no plano teórico, o autor sustenta que o projeto moreniano é convergente com o marxismo.

A própria força do texto que procuramos destacar leva-nos, entretanto, a estabelecer duas ponderações. Uma é de ordem teórica. O professor Tozoni recorre à duvidosa tese evolucionista de Engels sobre a origem da família burguesa para aí localizar o lugar principal da formação e reprodução ideológicas. Em decorrência, há momentos em que o autor atribui à família maiores responsabilidades do que ela tem na formação e no controle social do indivíduo. As referências do autor à teoria crítica da família (Poster), acrescidas das análises de Adorno, Horkheimer e Marcuse, poderiam potencializar ainda mais o referencial do estudo.

Outra ponderação é quanto ao método. Apesar da clara distinção que estabelece entre o método de investigação e os procedimentos técnicos, o autor se esforça em fazer o psicodrama exceder a metodologia e se configurar mais como uma arma de combate à alienação urdida e alimentada na família. É preciso cautela, para não se exigir do psicodrama mais do que de fato ele pode oferecer.

Essas ponderações, antes de serem restritivas, derivam dos nexos indissociáveis que o professor Tozoni estabelece entre ciência, política e exercício profissional. **Cenas familiares** poderá interessar a outros profissionais, além daqueles que atuam no campo da psicologia.

Odair Sass é membro da Coordenação Geral dos Núcleos de Ensino da UNESP.

A face social da doença

Epidemiologia: economia, política e saúde, de Jaime Breilh; tradução: Luiz Roberto de Oliveira (coordenador); Editora UNESP/Hucitec; 280 páginas, Cr\$ 35.000,00.

Maria Cecília Binder

O lançamento do livro do equatoriano Jaime Breilh pela Editora UNESP/Hucitec é extremamente oportuno. Vale a pena assinalar que a edição brasileira ora lançada foi revista e ampliada pelo autor, incluindo uma proposta formulada em 1991 sobre o que ele denomina "Curso breve de epidemiologia crítica".

No contexto de imposição de projetos neoliberais a países da América Latina, com nefastas consequências, o aprofundamento da abordagem do processo saúde-doença como socialmente determinado assume crucial importância. Ana Cristina Laurell, no prólogo da primeira edição, de 1979, afirma que nas sociedades capitalistas o caráter social da doença é negado na prática, uma vez que aceitá-lo implica o reconhecimento de que a patologia é gerada na organização da sociedade.

Breilh analisa criticamente a corrente hegemônica da Epidemiologia, sem menosprezar suas contribuições, demonstrando como a determinação social da doença é escamoteada. Ele também mostra como tal corrente se constitui num campo de desenvolvimento teórico e de práticas comprometidas com os interesses econômicos da classe dominante.

Explicitando o compromisso de suas investigações com as classes trabalhadoras e negando, pois, a neutralidade da ciência, o autor constrói sua proposta metodológica. Ele procura incorporar os padrões de repro-

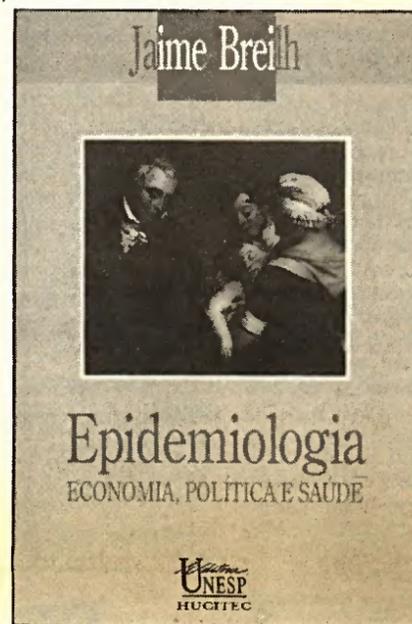
dução social e seus momentos polares de produção e consumo, assumindo que os perfis de morbi-mortalidade são consequências desses padrões. O individual e o biológico, segundo Breilh, encontram-se inseridos no social. Nas próprias palavras do autor, "se detectarmos os processos críticos da deterioração da vida e da saúde do povo, poderemos estabelecer quais são as perguntas-chave que deveremos responder, quais os temas para aprofundamento e qual o ordenamento de um plano mediato que oriente o projeto histórico que conscientemente se defende nos núcleos de investigação mais democrática".

À medida que se insurge contra a epidemiologia de princípios positivistas e neopositivistas, Breilh propõe alternativas metodológicas que, em vez de dicotomizar o social e o biológico, sujeitam o segundo ao primeiro. Assim, o autor dá uma valiosa contribuição a todos que buscam aprofundar a compreensão do processo saúde-doença como socialmente determinado.

No momento em que o capitalismo é apresentado como única forma de organização democrática da sociedade, o livro de Breilh propõe um método que desnuda

a miséria desse sistema econômico devastador, particularmente no Terceiro Mundo, no campo que os povos têm de mais importante — a vida e a saúde. Muito oportuna a tradução para o português, por professores do Departamento de Saúde Pública da Faculdade de Medicina de Botucatu, tornando a leitura do livro mais fácil e agradável.

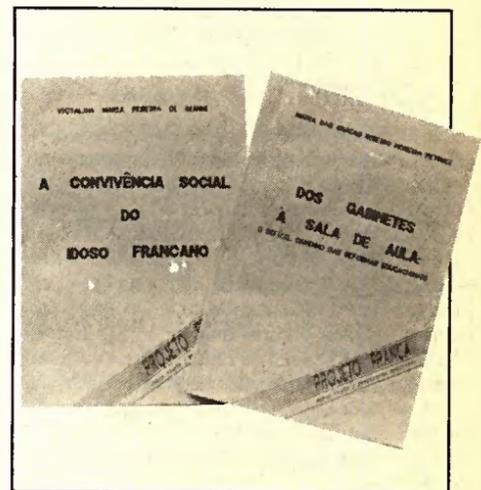
Maria Cecília Binder é docente do Departamento de Saúde Pública da Faculdade de Medicina, câmpus de Botucatu.



Projeto lança novos trabalhos

A convivência social do idoso francano, de Victalina Maria Pereira di Gianni; *Dos gabinetes à sala de aula: o difícil caminho das reformas educacionais*, de Maria das Graças Ribeiro Moreira Petrucci. FHDSS/Prefeitura Municipal de Franca.

Essas são mais duas publicações da série Projeto Franca, que reúne trabalhos de professores da Faculdade de História, Direito e Serviço Social voltados para a realidade da região de Franca. Os trabalhos são editados conjuntamente pela FHDSS e a administração municipal.



A crise nacional e a Universidade

Com idéias e ação, a UNESP vencerá dificuldades

Arthur Roquete de Macedo

O País enfrenta uma crise sem precedentes, grassam a indignação, o desânimo e a descrença. A série de denúncias envolvendo pessoas ligadas ao presidente da República coloca em xeque a autoridade presidencial. A crise extrapola os limites da ética e do direito passando a ser essencialmente política, o que determina dificuldades administrativas com sérias repercussões sócio-econômicas. Felizmente, a sociedade reagiu com maturidade ao choque inicial, exigindo, dentro da normalidade institucional, a apuração dos fatos e a punição dos eventuais culpados na forma da lei. O atual estágio da democracia brasileira assegura, a nosso ver, a solução da crise política dentro da legalidade e do estado de direito.

Por outro lado, é assustadora a possibilidade do atual impasse político agravar a débil economia brasileira. Convivemos com uma inflação que se estagnou na faixa de 20 a 23%, com um elevado índice de desemprego (cerca de 1,2 milhão de desempregados na Grande São Paulo), taxa de juros elevada, nível de atividade industrial em declínio e a segunda maior queda na arrecadação do ICMS nos últimos 20 anos.

É óbvio que a universidade não passará ao largo dessa situação. Não somos uma ilha dentro da sociedade; a crise político-econômica e so-

cial atinge a universidade pública interferindo diretamente em suas atividades acadêmicas.

Mesmo as universidades estaduais paulistas, centros que mantêm atividades de ensino de elevada qualidade e uma produção científica que corresponde a mais da metade da produção nacional, sofrem com a atual conjuntura.

Em primeiro lugar, devido à queda acentuada da arrecadação do ICMS, principal fonte de recursos orçamentários. De fato, a UNESP, mesmo elevando o seu percentual de 1,94 para 2,30 (2,205 + 0,95 para investimento), deverá ter uma queda de recursos da ordem de 11%, comparando-se o orçamento de 1988 (Cr\$ 736 bilhões) com o projetado para 1992 (Cr\$ 667 bilhões). Em segundo lugar, porque recursos provenientes de organismos federais de fomento e apoio à pesquisa foram drasticamente reduzidos. Segundo declarações do próprio secretário da Ciência e Tecnologia, Professor Hélio Jaguaribe, o orçamento do CNPq decresceu no período 1980-1991 de US\$ 59 milhões para US\$ 17 milhões, enquanto o da FINEP passou de US\$ 23 milhões para US\$ 19 milhões.

Recentemente, o Conselho Deliberativo do CNPq tomou uma decisão inédita, desde a sua criação em 1951, de suspender o julgamento de 2.400 projetos que deveriam ter sido apreciados em maio último. O esforço atual da Secretaria da Ciência e Tecnologia é o de tentar a liberação de cerca de 50% dos recursos bloqueados pelo Decreto n.º 475/92 e, dessa forma, conse-

guir cerca de US\$ 37 milhões para o pagamento de projetos aprovados em 91.

A exposição dos dados mostra com clareza a gravidade da situação e as dificuldades que as universidades estaduais paulistas de modo geral, e a UNESP em particular, vão enfrentar a curto e médio prazos. A constatação da realidade, que é a primeira etapa para a solução do problema, já está feita. Resta agora à administração central, aos órgãos colegiados e à comunidade universitária a adoção de postura e diretrizes compatíveis com o momento. É preciso resistir, é necessário, mesmo numa situação orçamentária delicada, manter as atividades essenciais e insubstituíveis da universidade pública.

A UNESP já passou por situações financeiras tão graves quanto a atual e venceu-as graças à competência e ao denodo de sua comunidade. É hora de demonstrar de novo a nossa capacidade, elaborando projetos compatíveis com o momento atual, otimizando recursos e elegendo prioridades que preservem as atividades-fins da universidade pública. É indispensável criar alternativas capazes de promover o desenvolvimento da UNESP.

O momento é de luta, de ação, e não de desalento ou conformismo.

Arthur Roquete de Macedo é vice-reitor e pró-reitor de Administração e Desenvolvimento da UNESP.

Educação pode cair num novo irracionalismo

A música e as artes não podem ser excluídas do currículo de 1º e 2º graus

Maria de Lourdes Sekeff

A exclusão da música e das artes do ensino de 1º e 2º graus na nova Lei de Diretrizes e Bases leva-nos a concluir que um novo irracionalismo está em ascensão no Brasil. Seria isso um retorno à política do regime autoritário, quando se extirpou dos currículos tudo o que tivesse a ver com valores humanísticos? Se for, o resultado será "uma incultura engendrada politicamente", como bem definiu há alguns anos Sérgio Paulo Rouanet. Limitando-nos à música, que é o nosso campo de ação, apontaremos algumas razões para sua obrigatoriedade nas escolas.

A influência da música sobre o indivíduo deve-se às forças dinâmicas, espirituais, físicas e psíquicas que essa linguagem integra. Ela fala diretamente ao homem, à sua mente, seu corpo e suas emoções, contribuindo para mudanças no seu comportamento. A música tem o poder de evocar, associar e integrar experiências, como nos informa a psicologia. É uma atividade perceptiva, de criação, recriação e/ou audição que nunca é passiva — o que foi demonstrado pelo pesquisador Antonio Yepes. E mais, há na vivência musical espaço para a expressão da totalidade do indivíduo, do seu consciente e inconsciente.

A música colabora no desenvolvimento de nossa percepção e inteligência, já que, à medida que caminhamos para as formas superiores de música, uma série de operações mentais cada vez mais complexas são estimuladas. E quem domina um código culto como a música erudita desenvolve uma capacidade incomparavelmente maior de expressão e de compreensão.

Da mesma forma, nossa capacidade de atenção é estimulada por essa linguagem. O Howard Fatigue Laboratory, dos Estados Unidos, investigou e comprovou a possibilidade de certas músicas prolongarem nossa atividade psicomotora, muito além da produzida por determinadas drogas. A música apresenta aspectos e maneiras de nos sentirmos no mundo de um modo que a linguagem verbal não pode conceituar. É ainda um mecanismo de relacionamento do indivíduo com todo o contexto que o cerca, promovendo sua sensibilização, socialização e desafoço emocional.

Por esses e outros motivos, não se pode negar a necessidade da educação musical nas escolas de 1º e 2º graus. Na verdade, a própria Educação deve ser repensada, com a priorização da importância da música. O objetivo não é simplesmente introduzir a música na Educação. Isso já foi feito. A proposta é repensar a Educação no sentido da *emoção*, do *conhecimento* e da *mobilização* que a vivência musical suscita, fazendo germinar cabeças pensantes e superando educações castradoras da individualidade.

Maria de Lourdes Sekeff é chefe do Departamento de Música do Instituto de Artes, câmpus de São Paulo.

O que deve ocorrer com a escola padrão

Uma análise da reforma do ensino estadual

Leda Aparecida Pedroso

O Programa de Reforma do Ensino Público, hoje em andamento, pretende ser uma resposta às demandas por uma atuação efetiva do Estado na melhoria da qualidade de ensino. Sua meta é converter todas as escolas da rede pública estadual ao novo modelo de "escola padrão" até o final do atual governo. O ponto central desse programa — a "autonomia pedagógica e administrativa da unidade escolar" — é o direcionador das propostas feitas e medidas tomadas.

De acordo com o programa, as escolas padrão são responsáveis pela organização dos processos pedagógicos — escolha de técnicas e metodologias de ensino — e pelos planos de reforma de seus prédios, bem como de projetos especiais. À Secretaria de Educação cabem as decisões sobre o currículo, carga horária, critérios de avaliação global dos resultados do ensino, expansão da rede física, gastos com investimentos e a definição dos objetivos educacionais a serem atingidos pelos alunos.

Esses limites e competências podem acarretar ao menos duas conseqüências que convém desde já apontar: a separação entre concepção e execução das políticas educacionais e o redirecionamento do tipo de descentralização empreendido a partir de 1989.

Note-se que a separação entre concepção e execução das políticas educacionais não se deve



somente a diferentes competências atribuídas à Secretaria de Educação e às unidades escolares, mas ao fato de que um novo programa chega às escolas para se somar aos já existentes, que aliás nem foram ainda avaliados. O programa foi elaborado sem a participação das unidades escolares. No entanto, a forma proposta para sua implantação — contratos de gestão entre a Secretaria e as escolas com um ano de duração — parece indicar novas perspectivas. Por um lado, pode fortalecer os conselhos de escola e, por outro, compromete a Secretaria com o fluxo de recursos humanos, materiais, financeiros e téc-

nicos. Essa mútua responsabilidade pode proporcionar um novo relacionamento entre planejadores e executores.

A atuação conjunta e direta da Secretaria da Educação e unidades escolares, transformadas em escolas padrão, poderá acarretar também mudanças na política de municipalização do ensino que vinha sendo efetuada pelo governo anterior. Ao propor a redefinição da cooperação entre o Estado e os municípios na oferta de ensino fundamental, a Secretaria pode redirecionar as perversas conseqüências da descentralização político-institucional antes efetivada, notadamente as relações clientelísticas e fisiológicas geradas. Entretanto, a desconcentração administrativa agora proposta pode acarretar uma atomização política e até mesmo pedagógica das unidades escolares.

Tais preocupações impõem a necessidade da participação dos conselhos de escola, associações, sindicatos, universidades e Casas Legislativas na definição e execução das políticas educacionais a serem implantadas. Esta é a garantia de que a luta por uma educação melhor não se dilua, mais uma vez, nas próximas eleições.

Leda Aparecida Pedroso é professora do Departamento de Ciências da Educação da Faculdade de Ciências e Letras, câmpus de Araraquara, e pesquisadora do Centro de Política e Administração Educacional (Cepae).

A união faz bom preço

Cooperativas de crédito e consumo ganham adeptos na Universidade

É difícil encontrar um professor ou funcionário da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias (FCAV) de Jaboticabal que não se gabe de ter adquirido eletrodomésticos, motos e até carros sem ter que pagá-los à vista. E, o que é melhor, eles garantem que precisaram apenas desembolsar prestações mensais com juros abaixo do mercado. Qual o segredo? Essas pessoas simplesmente se organizaram em cooperativas. Tal solução é cada vez mais comum em todo o País, onde os consumidores se unem para conseguir preços menores pelos produtos e obter empréstimos em condições facilitadas.

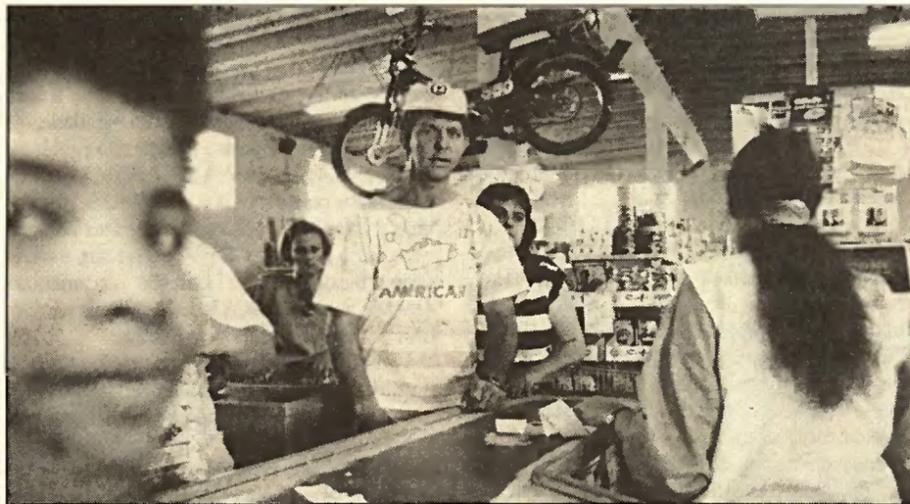
A idéia ganha adeptos na Universidade e, nos câmpus de Jaboticabal e Araraquara, já funcionam cooperativas de crédito e consumo que apresentam resultados expressivos. Em julho deverá ser implantada uma associação do gênero em Rio Claro, e nos câmpus de Ilha Solteira e São José do Rio Preto existem propostas nessa área. Partidário do cooperativismo, o professor Carlos Ruggiero, pró-reitor de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários, enfatiza que uma cooperativa de crédito empresta dinheiro sem cobrar as taxas exorbitantes do mercado. "Ela funciona como uma espécie de banco e empresta a pessoas físicas, coisa que as instituições bancárias não fazem", explica. Ruggiero defende a criação de uma cooperativa central na UNESP, que administraria as cooperativas de cada unidade. "Na certa, seríamos um banco muito sólido", garante.

Em 1986, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo da FCAV de Jaboticabal, mais conhecida como Cooperunesp, reunia apenas vinte sócios fundadores. Hoje, 643 pessoas estão associadas à entidade, o que corresponde a cerca de 70% do número de funcionários e docentes do câmpus. O professor Rutênio José Latanze, presidente da Cooperunesp, tem uma explicação simples para tamanho sucesso. "Não exigimos saldo médio, fazemos empréstimo com juros abaixo do mercado e promovemos venda de bens pelo preço mais acessível", resume ele.

INÚMERAS FACILIDADES

Como o objetivo da cooperativa não é lucro, essas facilidades podem ser usufruídas pelo cooperado, através do pagamento de pequenas cotas mensais. No caso da Cooperunesp, são cobrados mensalmente cinco, dez ou quinze Bônus do Tesouro Nacional (BTN) — respectivamente Cr\$ 9.500,00, Cr\$ 19.000,00 e Cr\$ 28.500,00 a preços de julho —, de acordo com o salário do associado. O dinheiro não fica parado: as cotas são corrigidas mensalmente pela Taxa Referencial (TR) mais 1% de juros, ganhando da poupança, que rende 0,5% de juros, além da inflação. A mesma correção vale para os empréstimos. O cooperado pode pedir emprestado até o limite do seu salário e pagar em quatro vezes.

Latanze afirma que, para manter a sociedade em funcionamento, é cobrada uma taxa de administração de 4% ao mês, mais a inflação, dos associados que fazem parte dos chamados grupos de compra. Tais grupos funcionam de forma semelhante aos consórcios, adquirindo eletrodomésticos, motos, mobiletes e até carros por intermédio da cooperativa. "Com esses 4%, temos condições de comprar os produtos à vista, o que sai mais barato para o cooperado", explica José Luiz Carregari, contador da Cooperunesp.

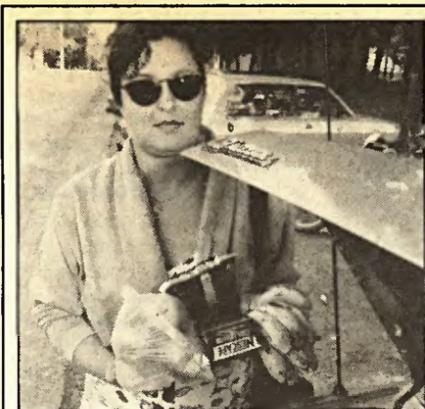


Cooperativa de consumo da FCAV: entidade administra supermercado na própria unidade

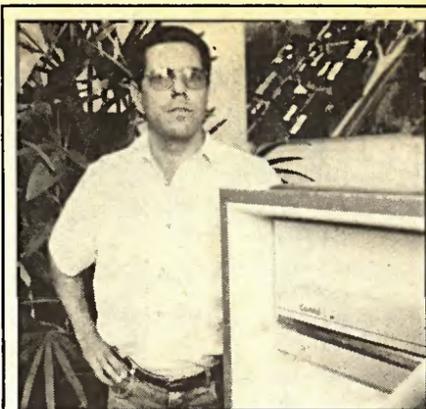
Atualmente existem 52 grupos de compra na Cooperunesp, com dez a quinze pessoas cada um. Seu esquema de funcionamento não tem muitas complicações. A cooperativa faz uma cotação de preço nas lojas e após a compra o preço é dividido entre os membros do grupo, sendo que todo mês o valor do produto é reavaliado. Os sorteios são mensais e, no final do pagamento de todas as parcelas, cada pessoa está de posse da sua mercadoria.

ECONOMIA GARANTIDA

Uma rápida conferência de números mostra por que é mais econômico comprar pela cooperativa. Uma mobilete, por exemplo, adquirida pela Cooperunesp em abril de 91 por Cr\$ 259.900,00, em julho de 92 está custando Cr\$ 3.290.000,00. Mas quem comprou pela cooperativa pagou um preço total de Cr\$ 1.179.945,00 — ou seja, 64% mais barato do que na loja. Chefe da Seção de Gráfica da FCAV Antônio Sérgio Bri-



Maria Cristina, com os produtos que adquiriu: "Além de serem mais baratos, o leite e as verduras possuem excelente qualidade"



Brito, ao lado da geladeira que recebeu no grupo de compras: "Agora estou pagando prestações de uma mobilete e um televisor"

Como criar uma associação

No Estado de São Paulo funcionam 600 cooperativas, sendo a maioria delas de crédito rural e mútuo. As cooperativas de crédito são regulamentadas pelo Banco Central, enquanto que as demais seguem o estatuto da Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (OCESP).

Em linhas gerais, para constituir uma cooperativa é necessária:

- 1) Reunir um grupo de pessoas para determinar os objetivos da cooperativa.
- 2) Procurar a OCESP e a Central de Cooperativas do Estado de S. Paulo (CECRESP) — só no caso das cooperativas de crédito — para elaborar uma proposta de estatuto.

3) Relacionar vinte pessoas para constituir a assembléia de fundação da cooperativa. Os integrantes não poderão ter títulos protestados nem possuir grau de parentesco.

4) A assembléia fixará o valor da cota de participação de cada cooperado.

5) A documentação deverá ser enviada para aprovação no Banco Central (coop. de crédito) ou Junta Comercial (coop. de consumo) para a obtenção do registro.

6) Com o estatuto aprovado, é necessária a publicação no Diário Oficial.

Serviço - CECRESP - f. (011) 228-8362/7440
OCESP - f. (011) 575-9288/7495
(T.B.)

to é sócio da Cooperunesp desde sua fundação, e em dois anos conseguiu equipar sua casa. "Comprei geladeira, fogão, máquina de lavar louça, duas televisões e ferro a vapor e ainda estou pagando as prestações para uma mobilete e mais um televisor", relata ele, satisfeito.

Mas não é apenas a Cooperunesp que presta serviços à comunidade universitária de Jaboticabal. A Cooperativa de Consumo da FCAV (Cofaj) existe há doze anos e administra um supermercado na própria unidade. Nesse local, os preços mais vantajosos ficam por conta dos alimentos produzidos no câmpus, como leite e verduras, que são vendidos de 20 a 30% mais barato do que seus congêneres em outros pontos da cidade. A dona de casa Maria Cristina Mendes Vieira, mulher de um professor da FCAV, costuma toda semana fazer compras no supermercado e elogia os produtos. "O leite e as verduras são de excelente qualidade", comenta ela. Além disso, Luiz Carlos Amistá, presidente da Cofaj, afirma que há outras vantagens para os consumidores do câmpus. "Aceitamos vale-refeição e cheques pré-datados", exemplifica ele.

Mas as cooperativas não deram certo apenas em Jaboticabal. Desde março do ano passado, os estudantes da Faculdade de Ciências e Letras (FCL) de Araraquara desfrutam da possibilidade de pagar 60% a menos numa refeição no câmpus do que em qualquer outro lugar da cidade. Isso acontece porque o restaurante e a lanchonete da unidade são administrados pela Cooperativa da UNESP de Araraquara Ltda., ou Co-unespar, formada por professores e funcionários da FCL.

REFEIÇÃO SUBSIDIADA

Segundo Geraldo Ares, administrador da cooperativa, é possível oferecer uma refeição por um custo mais baixo devido a inúmeros fatores. Entre eles, a infra-estrutura dada pela Universidade para a manutenção do restaurante e uma horta mantida pela unidade, que fornece 80% das verduras e legumes consumidos no câmpus. Todo o dinheiro pago pelas refeições é depositado numa conta da Co-unespar que aplica o montante. Ares afirma que com essa verba é feita uma cotação de preços, onde sempre são comprados produtos em grande quantidade e por valor mais baixo. "Dessa forma, garantimos um bom estoque e dá para cobrar apenas o preço de custo", diz ele. No ano passado, o administrador afirma que as refeições subiram menos do que a inflação acumulada no período. A Co-unespar pretende estender esse mesmo serviço para outras unidades do câmpus, como a Faculdade de Odontologia (FO), cujo diretor, o professor Luís Roberto de Toledo Ramalho, já se declarou a favor da proposta.

Nos mesmos moldes da cooperativa de Jaboticabal, deverá ser fundada neste mês a cooperativa de crédito da UNESP de Rio Claro. O professor Sebastião Gomes de Carvalho, integrante da Comissão de Extensão e Assuntos Comunitários do Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE), afirma que a cooperativa deverá funcionar efetivamente dentro de quatro meses, depois que for autorizada pelo Banco Central (ver box). Mas ele adianta que os funcionários estão entusiasmados com a idéia. "É o melhor negócio da atualidade", assegura ele.

Tânia Belickas

